UM CASO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 12 DEZEMBRO DE 1988

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)** v a g **(pecuária e cacau)**; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz e feijão)**; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(maç oleaginosa, trigo e uva)**; v a g o **(cana-de-açúcar e álcool)**; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais laranja)**; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**; Janet Fajardo Zaidhaft **(batata, cebola e mamona)**; Maria José Cyhl Monteiro **(política agrícola)**; Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)** e Virgínia Cardoso W. Viei **(café)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**; Lúcio Junquei Campos **(preços recebidos)**; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**; e Oraide Terezinha Novaes **(preços insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, fone: 551-6948; Lúcia Maria Santos de Paula e Ro Cristina da Silva Leite.

Estagiários: Alexandre Manoel Cabral Rodrigues Junior, Brena Paula Magno Fernandez, Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Marcos Arzua Barbosa.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Praia de Botafogo, 190 – 8º and.
22.250 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL
Telefone Geral da FGV: PABX 551-1542
Caixa Postal: 9052
20.000 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telex: 212-3840 FGVE BR

NOVO ENDEREÇO

Solicita-se aos leitores que, na event comunicação de mudança de endere remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

*Chega ao fim um ano pleno de dificuldades. Se a temida – e indefinida – **débâcle** da economia brasileira afinal não ocorreu, as explosivas taxas de inflação e a sensível perda do poder de compra dos salários criaram um permanente estado de ansiedade.*

*Houve, porém, aspectos positivos, em 1988. O **Setor Agrícola**, mais uma vez, correspondeu bem aos incentivos recebidos. Em linhas gerais, colheram-se apreciáveis safras. Também as exportações tiveram bom desempenho, superando, mesmo, expectativas otimistas.*

*Do **front** externo chegaram algumas notícias benfazejas quanto a fatos capazes de alterar, futuramente, os rumos da economia do país. Por exemplo, houve avanços, ainda que pequenos, no processo de integração das duas principais economias sul-americanas, a que fazem referência três dos textos inseridos nesta edição de **Agroanalysis** (maçã, safra argentina e soja). No âmbito do **GATT**, as divergências entre países produtores e os tradicionalmente importadores de alimentos, derivadas de suas respectivas políticas agrícolas, puderam ser discutidas de forma mais clara do que até então. A propósito, também aqui se apresenta oportuno trabalho sobre a **Política Agrícola Comum**, da **Comunidade Econômica Européia** que, às custas de pesada inversão de recursos, vem transformando a agricultura do **Velho Mundo**, o que afeta, de diversas maneiras, os interesses brasileiros.*

No mundo, todavia, novos desafios se apresentam, tão logo são superados obstáculos antes tidos como intransponíveis.

*Ainda é cedo para se ter **saudade do futuro**; tempo é de se concentrar esforços para que ele seja favorável.*

*A equipe do **Centro de Estudos Agrícolas**, do **Instituto Brasileiro de Economia**, da **Fundação Getúlio Vargas**, congratula-se, neste **Natal** e término de 1988, com os leitores de **Agroanalysis**.*

SUMÁRIO

PRODUTOS VEGETAIS
- Milho 2
- Soja 7

ENSAIO ESPECIAL
- Um Caso de Integração Econômica: a Política Agrícola Comum 10

ACOMPANHAMENTO DE PREÇOS
- Preços Recebidos pelos Agricultores no triênio 1986-1988 15
- Preços dos Serviços no Meio Rural 18

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA
- Café 19
- Feijão 20
- Maçã 21
- Mamona 22
- Mel 23
- Safra Argentina 24

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

MILHO

A produção norte-americana foi, em 1988, bastante prejudicada pela falta de chuvas. Após a colheita, surgiram indícios de forte incidência de ***aflatoxina.*** *Ao lado destas más notícias, a renovação do* ***Acordo EUA-URSS,*** *para fornecimento de cereais, traz certa tranqüilidade ao mercado.*

O mercado americano do milho vem sendo ultimamente afetado por acontecimentos inusitados, destacando-se a seca que atingiu as regiões produtoras, em meados do ano e que acarretou quebra significativa da safra 1988/89. A colheita foi calculada pelo **USDA**, em novembro, em não mais do que 118,6 milhões de t, 34% a menos do que na safra anterior (ver Quadro 01). Como o estoque inicial foi estimado em 108,2 milhões de t, a oferta total terá alcançado cerca de 227 milhões de t, que, contraposta à demanda (avaliada, até o momento, em 190,2 milhões de t), gerará estoque final de aproximadamente 36,7 milhões de t, o menor desde 1983/84, quando atingiu 25,6 milhões de t.

Esse estoque, que é 50% menor do que a média de 174 milhões de t observada desde o ano-safra 1980/81, abalou o mercado mundial do milho, **acostumado** com produção norte-americana usualmente situada próxima de 200 milhões de t. Não foi por menos que, em fins de outubro, a cotação do cereal, em Chicago, alcançou US$ 2,80/**bushel**, 57% acima do nível de um ano antes.

Por outro lado, dois fatores vêm incrementando a procura internacional. Em primeiro lugar, os preços mundiais do trigo recentemente ultrapassaram os do milho, contradizendo tendência histórica. Em segundo lugar, a **União Soviética** vem de alterar seu **mixing** de importações de grãos, adquirindo 3 milhões de t de milho dos **EUA** e da **Argentina**, 80% a mais do que no ano passado. Esta compra, segundo analistas, estaria ligada aos planos soviéticos de aumentar a oferta interna de carne vermelha através da substituição de trigo por milho no arraçoamento (a **URSS**, tradicionalmente, direciona de 30 a 50 milhões de t de trigo para esta finalidade).

Paralelamente, em outubro, o **Departamento de Agricultura dos EUA** definiu que o programa de **set aside** do milho, em 1989, será da ordem de 10%. Este percentual foi considerado muito elevado, tanto pelas companhias processadoras do grão, como pelos analistas de mercado, ambos prevendo que possa haver aperto

QUADRO 01 – EUA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO DO MILHO – ANOS-SAFRA[1] 1984/85 A 1988/89

ESPECIFICAÇÃO	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89[2]
Estoque Inicial (mil t)	25.552,4	41.859,2	102.616,0	124.002,8	108.153,6
Produção (mil t)	194.919,6	225.275,8	209.550,0	179.440,0	118.643,1
Importação (mil t)	101,6	279,4	50,8	50,8	127,0
Exportação (mil t)	47.371,0	31.520,0	38.200,0	43.690,0	45.085,0
Uso Total Interno (mil t)	131.318,0	133.477,0	150.012,4	151.680,0	145.040,6
Estoque Final (mil t)	41.859,2	102.616,0	124.002,8	108.153,6	36.728,4
Área Colhida (milhões de ha)	29,1	30,4	28,0	24,0	23,1
Rendimento (kg/ha)	6.701,0	7.403,0	7.484,0	7.489,0	5.136,0

FONTE – USDA.
[1] Agosto/setembro;
[2] estimado em 12/11/88.

significativo na oferta futura, o que geraria desaceleração do ritmo de crescimento do uso do cereal na alimentação dos rebanhos.

Ademais, as conversações entre os **EUA** e a **URSS**, visando à renovação do acordo de longo prazo de compra e venda de alimentos, arrastou-se até novembro, quando, então, os dois países chegaram a um consenso

Por último, notícias de que estaria sendo registrado nível elevado de **aflatoxina** na safra norte-americana de 1988/89, em conseqüência da recente seca, vêm atingindo fortemente o mercado, especialmente devido à grande preocupação que tem caracterizado as reações dos consumidores de leite e carnes dentro dos **EUA**.

Normalmente, é no Sudeste dos **EUA** que se registram os maiores níveis de contaminação por **aflatoxina**, devido aos elevados calor e umidade locais. Por seu turno, o milho que sofreu os efeitos da seca no **Corn Belt**, ao ter seus grãos danificados pela falta d'água, tornou-se suscetível à invasão de fungos, que podem, ou não, produzir toxinas prejudiciais aos seres humanos e animais. A temperatura ótima para contaminação por **aflatoxina** é de 25°C a 32°C e os grãos de milho necessitam de 15% a 25% de água, com umidade relativa superior a 80%, para que o fungo cresça e produza **aflatoxina**.

As **aflatoxinas** causam problemas em diversos níveis nos animais que ingerem grão contaminado, sendo que as vacas lactantes e os animais jovens são os mais suscetíveis à contaminação, seguidos pelo gado em fase de engorda, aves adultas, suínos e bovinos em fase de terminação. Tradicionalmente, a **Food and Drug Administration (FDA)** considera como aceitáveis níveis máximos de **aflatoxina** da ordem de 20 partes por bilhão (p.p.b.) no milho destinado ao consumo humano ou ao arraçoamento de vacas lactantes, de aves e de outros animais jovens, e de 100

O PROBLEMA DAS AFLATOXINAS

No **Brasil**, problemas referentes à contaminação de alimentos, sejam os agentes contaminantes intencionais ou não, são bastante freqüentes e costumam denotar falhas existentes no atual sistema de legislação e fiscalização sanitárias. Quando relacionados com a presença de agentes de origem microbiológica e, portanto, não intencionais, é comum observar que as atenções para a questão se desdobram, à medida que esta passa a representar uma restrição mais séria quanto aos aspectos comerciais e econômicos do produto envolvido.

As **aflatoxicoses** despertaram a atenção da comunidade científica internacional quando, em 1960, rações à base de amendoim, em sua maioria provenientes do **Brasil**, provocaram a morte de cem mil peruzinhos na **Inglaterra**, num intervalo de quatro meses. No ano seguinte, ficou constatada a existência de substância tóxica específica nas tortas de amendoim componentes das rações brasileiras. Mais tarde, verificou-se que a ocorrência da toxina não se limitava apenas às rações procedentes do **Brasil**, estendendo-se também àquelas originárias da **Nigéria**, demais países da **África Ocidental** e de outras regiões tropicais e subtropicais. A condução das pesquisas levou à identificação de diversos fungos (bolores) responsáveis pela produção das toxinas, entre os quais se destaca principalmente o **Aspergillus flavus** Link. Esta classificação deu origem ao termo **aflatoxina**, metabólito secundário sintetizado por estes microorganismos e que, na verdade, compreende um grupo extenso de diferentes toxinas. As mais importantes do ponto de vista toxicológico e, também, por serem as mais comumente encontradas, são as **aflatoxinas** B_1, B_2, G_1 e G_2. Segundo o **Instituto Adolfo Lutz**, de São Paulo (centro colaborador que remete, anualmente, entre outros, dados de análise de aflatoxina e resíduos pesticidas para o programa **FAO/OMS** para monitoramento de alimentos), **a aflatoxina B_1** é das mais perigosas, sendo reconhecidamente "um poderoso hepatotóxico e potente carcinogênico químico". Os efeitos das **aflatoxinas** em animais, de um modo geral, dependem basicamente da dose de ingestão, estando subdivididas as intoxicações em tipos letais e crônicos. Animais jovens tendem a ser mais suscetíveis, embora esta característica varie de acordo com a espécie. No homem, seus efeitos ainda permanecem objeto de estudo e os resultados continuam sendo, até certo ponto, controversos.

A partir do processo de consolidação dos resultados de pesquisas referentes às **micotoxicoses** em geral, os países que costumam preocupar-se seriamente com a qualidade e inocuidade dos alimentos, destinados às suas populações, passaram a estabelecer padrões rigorosos de tolerância para a presença de **aflatoxinas** nos gêneros alimentícios. Isto gerou dificuldades para os países exportadores, constituindo importante barreira para a venda de seus produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que restringia a aquisição de matérias-primas por parte dos países importadores que, além da legislação referente aos alimentos produzidos internamente, estabeleceram políticas específicas de controle para a entrada de produto importado. (O **Brasil** não o fez). Além disso, o entrave representado pela **aflatoxina** ao comércio internacional é ampliado, à medida que os países adotam diferentes mecanismos de proteção, gerando uma desuniformidade legislativa, que dificulta as transações comerciais. Apenas para se ter uma idéia, a **Organização Mundial da Saúde** estabeleceu uma tolerância máxima de 30 p.p.b. (partes por bilhão) para a soma das quatro principais **aflatoxinas**, em grãos, enquanto os **Estados Unidos da América** permitem apenas 20 p.p.b. (e ainda com algumas divergências internas). A **Holanda** abaixou recentemente seus níveis de tolerância e a **República Dominicana** não admite sequer a sua presença (tolerância zero). Além disso, vários países mantêm um controle especial sobre os produtos amplamente destinados à população infantil, estabelecendo tolerâncias rigorosas (na maior parte das vezes, considerando presença nula).

p.p.b. para os bovinos, suínos e aves adultas.

Nas aves, os sintomas mais comuns são: reduzida taxa de crescimento, menor resistência às infecções, **síndrome do fígado gorduroso** e possível morte. Os frangos tendem a apresentar lesões na carcaça quando há **aflatoxinas** em sua dieta alimentar, além de a produção de ovos diminuir, passando as poedeiras a apresentarem maior suscetibilidade à **coccidiose.**

Já no caso dos bovinos e suínos, as **aflatoxinas** reduzem a taxa de conversão alimentar, o crescimento e o desempenho reprodutivo, além de aumentarem a suscetibilidade ao estresse e de diminuírem a produção de leite.

Em outubro, a FDA divulgou memorando fixando os limites de aceitabilidade de **aflatoxina** no milho da nova safra, que foram de 20 p.p.b. para o grão com destinação desconhecida ou para alimentação humana, para animais jovens e para vacas lactantes; de 100 p.p.b. para animais em fase de engorda; de 200 p.p.b. para suínos em terminação; e de 300 p.p.b. para gado bovino em terminação. Segundo a FDA, a ingestão de milho, com níveis de aflatoxina de aproximadamente 20 p.p.b. pelas vacas lactantes, pode resultar em resíduos de **aflatoxina** no leite, da ordem aproximada de 0,5 p.p.b.

Claro está, portanto, que os maiores problemas de contaminação advêm da ingestão de leite por parte da população, já que o maior rigor na limitação da presença da **aflatoxina** no grão para arraçoamento se localiza exatamente no caso das vacas lactantes. Por outro lado, ainda não se sabe ao certo quanto da safra teria sido afetado, dificultando a divulgação de informes do **USDA**, que pudessem dar uma medida real a respeito dos prejuízos. Em fins de outubro, informou-se que, em oitenta amostras (escolhidas aleatoriamente) do milho produzido no estado de **Iowa** (maior produtor norte-ameri-

Inicialmente, acreditava-se que a contaminação por **aflatoxinas** limitava-se apenas ao amendoim e seus produtos derivados. De fato, por ser o amendoim uma espécie vegetal produtora de vagens, cujo desenvolvimento se dá no interior do solo (principal local de ocorrência do fungo) e, ainda, pelo fato do mesmo apresentar grãos de constituição proteínica e oleosa particularmente favorável ao crescimento destes microorganismos, tais fatores fazem com que se constitua no principal produto afetado. Entretanto, posteriormente, ficou constatado que as **aflatoxinas** podem estar presentes em considerável gama de produtos agrícolas e derivados, entre os quais se pode citar, por ordem de importância, o milho, arroz, feijão, cevada, aveia, trigo, sorgo, leite e soja, sendo que, neste último, a ocorrência é muito rara.

A precariedade dos métodos de colheita e armazenagem dos cereais e leguminosas está intimamente associada a altas taxas de ocorrência de **aflatoxinas**, sobretudo nos países tropicais. Sabe-se que o fungo se desenvolve, preferencialmente, sob condições de elevada umidade relativa do ar (acima de 80%) e temperatura ao redor de 30°C, o que equivale, para o amendoim, a uma umidade mínima de 9% na semente. A partir deste teor de umidade (embora, na prática, em porcentagem abaixo de 14%, a possibilidade de desenvolvimento seja muito pequena), o fungo pode se instalar e iniciar a produção de **aflatoxina**, que não é eliminada após a secagem ou mesmo torrefação. Pode-se supor, no entanto, que, durante a maturação da semente no campo, quando os teores de umidade são bastante elevados, o fungo também encontre condições favoráveis de instalação. Isto, porém, não ocorre, devido à existência de um mecanismo protetor na semente e, ainda, pela barreira física representada pela própria casca. Os riscos passam a ser efetivos quando se ultrapassa o ponto normal de maturação e ao se provocarem injúrias na vagem durante a colheita, que predispõem as sementes à infecção.

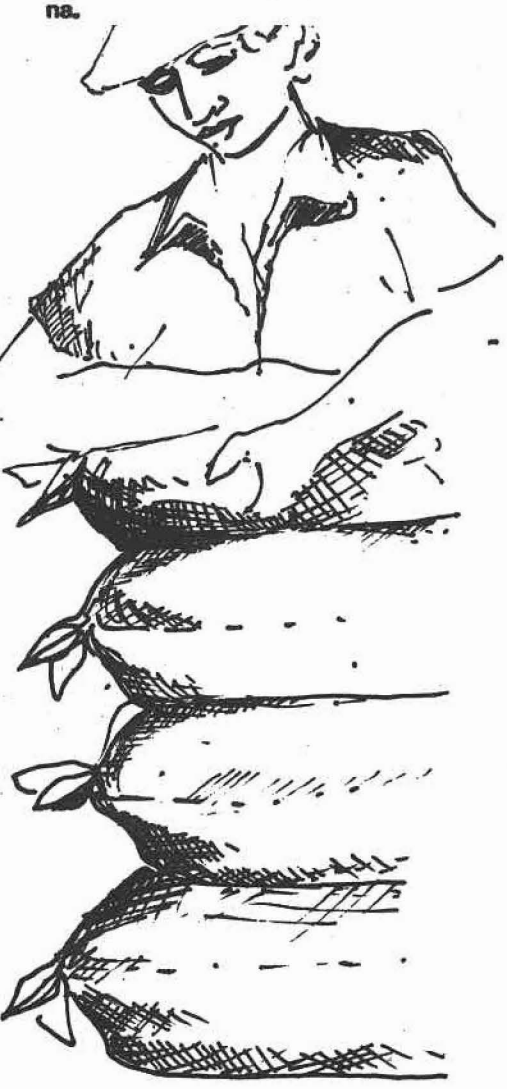
Considerando que ainda não existem métodos práticos de controle dos fungos e, muito menos, das **aflatoxinas** (são extremamente resistentes ao calor e, uma vez produzidas, dificilmente podem ser eliminadas, exceto pelo excesso de refinação dos óleos), recomendam-se medidas preventivas à infecção. Durante as fases de colheita, transporte e armazenamento, devem-se evitar quebras nos grãos que expõem o amido à contaminação (conforme ocorreu recentemente com a safra norte-americana de milho) além, obviamente, dos aspectos concernentes à umidade do ar e das sementes.

A legislação brasileira estabelece um nível de tolerância para as **aflatoxinas** em alimentos de 30 p.p.b. Levantamento realizado pelo **Instituto Adolfo Lutz**, em 1980, mostrou que havia presença da **aflatoxina** B_1 em numerosas amostras de diferentes alimentos analisados sistematicamente a partir de 1971, e em níveis que variavam de 50 a 7.800 p.p.b., portanto, muito superiores àquele permitido pela legislação. Outro aspecto importante se ressalta aqui. A atual legislação não estabelece qualquer restrição à comercialização do leite contaminado com **aflatoxinas**, pois o limite de tolerância engloba apenas a ocorrência de **aflatoxinas** B_1 e G_1, desconsiderando a M_1, que pode estar no leite.

Criado em 1980, com o objetivo de agrupar e assessorar os diversos agentes institucionais e econômicos envolvidos com a questão (técnicos e órgãos de pesquisa, produção agrícola e indústria), o **Programa Nacional de Micotoxinas**, a despeito de não contar com o apoio governamental, vem fomentando os debates entre estes segmentos visando à formulação de estratégias eficientes para o controle das contaminações. Todavia, sem o respaldo oficial, o estabelecimento de padrões normativos mais adequados e a reafirmação da necessidade de uma política eficaz de vigilância sanitária, já relacionados por aquela comissão, correm o risco de permanecer relegados a um certo ostracismo.

(Eliana Conde Barroso Leite Viglio,
engenheira-agrônoma do Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV)

cano), quase 40% possuíam níveis de **aflatoxina** superiores a 20 p.p.b. e inferiores a 300 p.p.b.. Mais recentemente, porém, a análise das amostras vem apontando para um declínio no percentual de comprometimento do produto. A explicação fornecida pelo **USDA** é que os maiores problemas de contaminação deveriam aparecer no grão colhido precocemente, já que as variedades de ciclo mais longo terão, provavelmente, suportado melhor a estiagem, estando menos suscetíveis à invasão do fungo. Além disto, os produtores colheram inicialmente a parte mais danificada da safra (não só pela seca como por ataques de insetos) que, obviamente, apresentou maiores índices de contaminação por **aflatoxina**.



Por outro lado, há também um tipo de problema que vem pondo em risco a concretização dos números relativos ao atual balanço norte-americano de oferta e demanda do produto. Ocorre que, enquanto a **FDA** fixou os vários limites de contaminação da **aflatoxina** para o milho ingerido pelos seres humanos ou pelos rebanhos, o **USDA** mantém a posição tradicional de limitá-la em 20 p.p.b., no caso do milho repassado à **Commodity Credit Corporation.** Isto porque o **Departamento** parte do princípio de que não é pré-determinado o destino final do cereal repassado àquele órgão governamental.

Desta forma, todo o produto contaminado com **aflatoxina** em nível superior a 20 p.p.b. passa, no entender do **USDA**, a ser considerado impróprio para consumo, podendo os produtores solicitar o pagamento do seguro rural (**disaster payment**), da ordem de US$ 1,90 a US$ 2,63 por **bushel.** Em outras palavras, os produtores podem optar entre inutilizar toneladas do produto e receberem o dinheiro do **USDA**, ou comercializarem-no (a preços seguramente inferiores aos valores pagos pelo **Departamento**) para as atividades supracitadas, que ainda podem absorver o grão contaminado com **aflatoxina** em níveis entre 20 p.p.b. e 300 p.p.b.

A QUESTÃO DO ACORDO EUA-URSS

Na última segunda-feira de novembro, norte-americanos e soviéticos, finalmente, chegaram a um consenso que permitiu a renovação do **Acordo** do fornecimento de grãos dos **EUA à URSS.**

Deu-se, assim, continuidade ao último compromisso de compra e venda firmado entre os dois países e que durou cinco anos, tendo-se extinguido em 31/09/88. Durante este período, os soviéticos comprometeram-se a adquirir um total de 8 milhões de t/ano, divididas igualmente entre trigo e milho, com a opção de compra extra de mais um milhão de t de cereais ou de 500 mil t de soja ou de farelo de soja.

Este acordo seguiu-se ao embargo imposto pelo governo **Carter** às vendas aos soviéticos (em represália à invasão do **Afeganistão**) e era parte da atuação marcante da **URSS** no comércio alimentar internacional, com aquisições de 35 milhões a 40 milhões de t, entre 1979 e 1985. A causa destas elevadas compras foi a dificuldade soviética em alcançar as metas de produção interna, aliada ao crescimento da demanda interna para o arraçoamento dos rebanhos. De 1979 a 1984, a produção anual de cereais na **URSS** foi, em média, de pouco mais de 170 milhões de t, muito aquém, portanto, da meta de mais de 230 milhões de t e da necessidade mínima calculada em 220 milhões de t.

Em outubro, a quinta rodada de negociações para a renovação do **Acordo,** ocorrida em Londres, terminou sem que se chegasse a uma opinião convergente. Os negociadores soviéticos propuseram um acordo provisório de um ano (com conversações posteriores que o estendessem aos tradicionais cinco anos) e que se caracterizaria por compras mínimas de 10 milhões de t, reduzidas para 9 milhões de t, caso fosse adquirido um milhão de t de soja ou de farelo de soja. Havia, também, outras exigências: estas compras mínimas não seriam obrigatoriamente observadas, caso o **Acordo** fosse estendido para cinco anos; o produto deveria ser vendido em termos competitivos (numa referência aos subsídios dos bônus de exportação do trigo); os **EUA** deveriam garantir que promoveriam importações de produtos soviéticos; e haveria isenção à obrigação de os navios soviéticos transportadores de grãos avisarem

antecipadamente a sua atracação em portos norte-americanos.

Aparentemente, a proposta soviética do **Acordo** de um ano baseava-se em que a administração **Reagan** sentir-se-ia tentada a acelerar o acerto de vendas à **URSS**, de modo a divulgá-lo antes das eleições presidenciais, em novembro, para fortalecer o candidato do **Partido Republicano**.

.Em paralelo, as tentativas do governo **Gorbachiov** de dar mostras, ao povo soviético, do sucesso de sua administração, forçosamente passam pela melhoria do abastecimento de gêneros alimentícios, verdadeiro **calcanhar de Aquiles** do sistema daquele país (ver **Agroanalysis**, vol. 12, nº 8, agosto de 1988). Daí a relutância do **Kremlin** em firmar novo acordo de cinco anos nas mesmas condições do anterior, o que seria uma admissão pública do insucesso da **perestroika** no **Setor Agrícola**.

Além do mais, possivelmente, os **EUA** tentaram forçar a realização de acordo de longo prazo, crendo-se sustentados pela quebra de suas safras de milho e de soja, e pela conseqüente elevação dos preços internacionais de várias **commodities** agrícolas. No entanto, a **URSS** tem conhecimento da perspectiva de boa produção destas lavouras na **CEE**, na **América do Sul** e em outras regiões produtoras, além da existência de estoques substanciais em nível mundial (o estoque final da safra 1988/89 será de cerca de 270 milhões de t, segundo estimativa do **USDA**, de outubro).

De qualquer forma, era sabido que, mais cedo ou mais tarde, norte-americanos e soviéticos teriam que chegar a um denominador comum quanto a este assunto, que é da maior importância para ambas as partes.

Para os **EUA**, assegurar vendas de suas safras ao grande demandador – a **União Soviética** – é interessante, por motivos óbvios (entre os anos-safras 1980/81 e 1987/88, as importações soviéticas responderam por 17% de sua oferta total interna).

Para a **URSS**, a garantia do abastecimento destes produtos é vital para a concretização do plano do atual governo de aprimoramento da dieta da população, através de melhor provisão de carnes e laticínios. Mesmo que o país consiga produzir anualmente de 210 a 220 milhões de t (média dos últimos dois anos), suas necessidades não param de crescer, o que o obrigou a adquirir dos **EUA**, entre outubro de 1987 e julho de 1988, 15 milhões de t de alimentos (quase o dobro da tonelagem acertada nos termos do **Acordo** recém-expirado).

A atual renovação do pacto caracteriza-se pela venda anual mínima de 9 milhões de t ao longo dos últimos dois anos, subdivididos em 4 milhões de t de trigo, 4 milhões de t de milho e um milhão de t de outros cereais ou 500 mil t de soja.



SOJA

As safras argentina e brasileira estão com o plantio atrasado e não se sabe como será seu desenvolvimento. No mercado internacional, também há indefinições.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

A estimativa do **IBGE** para a safra 1988/89 do **Centro-Sul** e **Rondônia** revela que, além da soja, apenas a cebola e o fumo terão maiores áreas de plantio. O crescimento previsto para as lavouras de soja é, na média do país, de 9,6% em relação à área plantada de 1987/88 e de 10,5%, relativamente ao que se colheu este ano. A maior expansão é a que se espera para as plantações de **Goiás** (+ 20,1%) e, a menor, a do **Rio Grande do Sul** (+ 5,5%) maior estado produtor (ver Quadro 02).

Cresce cada vez mais a importância da soja na economia do país, devendo tornar-se, agora, a principal lavoura, em termos de área de cultivo. Cabe notar que o óleo de soja atende a 95% da demanda por óleos vegetais comestíveis no **Brasil**. Em menos de vinte anos, o consumo destes produtos quase triplicou, no país, passando de parcos 7 kg/hab/ano no início da década passada para o intervalo de 15 kg/hab/ano a 20/kg/hab/ano. Todavia, ainda não se aproxima do atingido nos países desenvolvidos, que varia entre 35 e 40 kg/hab/ano. No caso do farelo, o mercado interno costuma absorver cerca de 20% da produção total do derivado da soja. Para este ano, estimam-se esmagamento total de 13,9 milhões de t e exportações de 2,6 milhões de t do grão, 8,2 milhões de t de farelo e 750 mil t do óleo.

Até o início de dezembro, porém, a safra vinha-se deparando com problemas climáticos. No ano passado, o

QUADRO 02 – ÁREA DE PLANTIO DE SOJA – SAFRAS 1987/88 E 1988/89 (ha)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1987/88 (Área colhida)	1988/89 (Área a plantar)
Rio Grande do Sul	3.436.142	3.624.838
Paraná	2.115.000	2.320.000
Mato Grosso	1.319.230	1.532.365
Mato Grosso do Sul	1.176.417	1.300.000
Goiás	773.410	929.200
São Paulo	512.500	563.800
Minas Gerais	483.728	566.280
Santa Catarina	386.648	436.000
Distrito Federal	42.778	51.000

FONTE – Prognóstico da Produção Agrícola do IBGE.

Rio Grande do Sul apresentou perdas elevadas, em razão de estiagem e, este ano, as dificuldades com a falta de chuvas têm prejudicado marcadamente o plantio paranaense. Com efeito, as ralas chuvas de outubro não foram suficientes e, desde então, tem chovido pouco, aumentando o atraso da **semeadura**.

A soja poderia ter-se beneficiado do retardamento do plantio do milho (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 10, outubro de 1988) e também do arroz **de sequeiro**, mas a estiagem não permitiu que isto acontecesse, no **Paraná** e em outros lugares. Ali, os produtores estão lançando mão de sementes de variedades tardias o que, pelo menos, contorna o problema, anteriormente imaginado, que haveria com a menor disponibilidade de sementes de soja precoce.

Aliás, também se pensava que o chamado **padrão B** da semente, com teor germinativo entre 70% e 80%, seria uma saída para o aumento da oferta deste insumo. No entanto, ao acarretar o maior emprego de grãos nas lavouras, provoca, igualmente, maior custo de produção, conforme apontou a publicação **Etac – mercados**. Outrossim, relatam-se casos diversos de replantios provocados pela má qualidade das sementes.

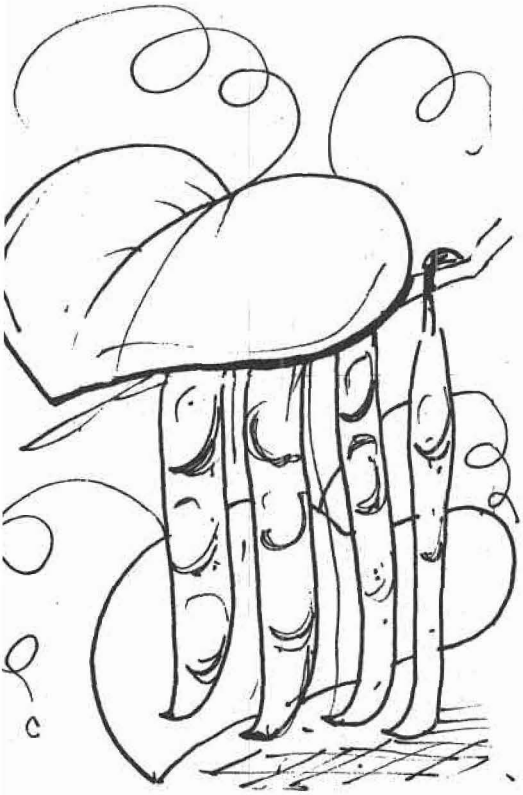
Seguem atrasados, igualmente, os plantios de **São Paulo, Minas Gerais** e **Mato Grosso**, o que retardará a colheita de parcela bastante significativa da safra. A chamada **safrinha** plantada em outubro para colheita em janeiro e fevereiro, no norte de **São Paulo** e do **Paraná**, será bastante retardada, fazendo com que algumas indústrias mais bem localizadas pen-

sem em importar soja em grão, até a entrada da safra brasileira.

Embora a **Companhia de Financiamento da Produção** considere que não há motivo para preocupação com o abastecimento dos derivados neste final de entressafra (já que ainda existem 100 mil t de óleo a serem embarcadas até março e o mercado do farelo, diante da queda do consumo interno, está bem suprido) espera-se alta das cotações, no país.

Aventa-se, por isso mesmo, a possibilidade de serem autorizadas importações destes derivados, para evitar a concessão dos reajustes de preços pedidos pelas indústrias.

Segundo a **CFP**, contudo, algumas empresas têm atribuído a dificuldade em encontrar o grão de soja no mercado à possível superestimação da safra, que não teria chegado às 18 milhões de t. A **Companhia** admite que é difícil determinar a real disponibilidade do produto, notadamente em um ano caracterizado pela morosidade de comercialização e, mais, sabendo-se que há **evasão** da soja brasileira.



Situação do Mercado Internacional

O **USDA** estima a produção mundial de oleaginosas, em 1988/89, em 200 milhões de t, 3% abaixo da safra de 1987/88, que foi recorde. A produção mundial de soja foi prevista em nível 22% abaixo do da safra precedente.

O esmagamento da soja também está estimado menor, em 82,7 milhões de t, com recuo de 2% comparativamente ao ano passado. Nos **EUA**, a queda é de 5%, mas nos demais países, estimam-se operações 5% maiores. No mês de novembro, os norte-americanos reviram para baixo o esmagamento na **Argentina** e no **Brasil** que, no entanto, é calculado 19% e 39%, respectivamente, maior do que em 1987/88.

Em termos de preços, a cotação média do ano-safra foi reduzida para o grão e o óleo e aumentada ligeiramente para o farelo. No caso do grão, ficou no intervalo de US$ 6,75 a US$ 8,75/**bushel**.

Discussões no GATT

Os noventa países-membros do **Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)** mantiveram novas discussões, em Montreal, **Canadá**, a partir de 5/12. Esta série de negociações sobre contenciosos no mercado internacional denomina-se **Rodada Uruguai (Uruguay Round)** por ter-se iniciado, há dois anos, naquele país sul-americano, e deverá perdurar até 1990. O **Setor Agrícola** é o ponto focal desta série de reuniões e, desta feita, as divergências se ampliaram, em razão das acusações mútuas entre a **CEE** e os **EUA**, em torno de suas onerosas políticas de subsídios agrícolas.

Os países europeus não concordam com as propostas norte-americanas, que visam ao futuro fim dos subsídios, aceitando apenas reduzi-los, após um período de congelamento. A delegação dos **EUA** defende sua extinção após dez anos, com uma primeira fase de congelamento, em 1989 e 1990 e redução gradual, a partir de 1991.

Cabe registrar, porém, que a **Lei Agrícola** atualmente em vigor nos **EUA**, que incorpora o polêmico **Export Enhancement Program**, normas para o pousio das terras agricultáveis **(set aside)** e a política de preços oficiais, perdurará, também, até 1990. Dois anos depois, a **Comunidade Econômica Européia** estará integrando seu vasto mercado.



O "Cairns Group"

Uma terceira opção foi oferecida pelo denominado **Cairns Group**, constituído pelas delegações da **Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Hungria, Indonésia, Malaísia, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia** e **Uruguai**, países prejudicados pela disputa econômica EUA-CEE. Como os norte-americanos, este grupo propõe a revogação de todos os subsídios à agricultura e às exportações que afetam, de forma direta ou indireta, o comércio internacional. Diferem, porém, ao sugerir uma reforma de longo prazo, denominada **"down payment"**, composta por um **congelamento**, seguido por diminuição na sustentação à agricultura, e por redução na produção e nos subsídios à exportação, no próximo biênio. Tais medidas seriam antecedidas por imediatas facilidades de acesso aos mercados **protegidos** e se faria um acordo para a administração de excedentes.

Da parte dos países europeus e dos **EUA**, a concordância com esta proposta representaria interromper a pressão sobre mercados a que os países do **Cairns Group** tinham acesso fácil e que se perderam, em função de programas como o **PIK** e o **EEP** norte-americanos.

Ainda não foi desta vez, contudo, que se eliminaram as áreas de atrito entre os dois principais oponentes. Ao fim das discussões, em 7/12, tinha-se como saldo positivo a aprovação da redução gradual de barreiras alfandegárias para produtos tropicais, tais como banana, cacau, café, chá, juta e óleos vegetais, a partir do ano que vem.



Tendência da próxima safra

O clima permanecia indefinido, até o início de dezembro, nas zonas de produção do **Brasil** e da **Argentina** (ver **Acompanhamento Conjuntural da Agropecuária**), deixando grandes dúvidas quanto à próxima comercialização. As safras dos dois países sul-americanos já estão atrasadas e não se pode saber como se comportarão as lavouras daqui para a frente.

Os estoques mundiais são baixos e o recuo da oferta norte-americana provocou um desfalque de 14 milhões de t, a ser parcialmente ocupado pelas maiores produções brasileira e argentina. No entanto, se, por conta disso, podem-se esperar boas cotações em **Chicago** (e, também, no mercado interno) o retardamento da colheita, notadamente no caso da **Argentina**, irá aproximá-la demasiadamente do momento em que se inicia a divulgação das intenções de plantio dos agricultores norte-americanos. Seguramente, o nível de produção do ano passado será retomado, recompondo os estoques, no segundo semestre.

Segundo a publicação alemã **Oil World**, a safra mundial 1987/88 guarda muita semelhança com a de 1976/77, em termos de queda de produção e dos estoques e rápida alta prematura dos preços. Chama a atenção para o fato de não se dever acompanhar tão-somente a disponibilidade norte-americana, o que está levando a baixas sem fundamento nas cotações de **Chicago** (aliás, o **USDA** repetiu, em dezembro, a estimativa de safra dos **EUA**, divulgada em novembro). Assim, as grandes exportações sul-americanas e a conversão dos esmagadores de soja europeus, que passaram a trabalhar, temporariamente, com colza, girassol (e mesmo soja, produzida internamente) devem ser levadas em consideração.

De acordo com aquela fonte, grandes altas nas cotações do grão e do farelo, seguidas pelo óleo, não surpreenderão em 1989, pois o clima pode prejudicar a oferta do **Brasil** e da **Argentina** (que deverão responder por 40% das exportações da soja e derivados, no próximo ano) e, além disso, é possível que a **China**, a **URSS** e a **CEE** estejam atrasando importações necessárias de farelos e óleos de origem vegetal, para o início de 1989.



UM CASO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

A política agrícola da **Comunidade Econômica Européia** merece atenção particular, pois é um dos poucos exemplos concretos de integração econômica e política. Ela representa, muitas vezes, uma referência implícita para as estratégias de integração, em outras regiões.

A **Política Agrícola Comum** encontra a sua base teórica numa escola de análise econômica que conclui pela vantagem dos grandes espaços e dá prioridade aos mercados internos. Tais idéias foram explicitadas no **Tratado de Roma**, marca da fundação da **União Européia**. No entanto, essa política está firmada sobre um compromisso inicial ambíguo entre mercados internos e externos, ao qual se soma outro compromisso, implícito, herdado das opções de especialização dos **Estados-membros**, tomadas antes da unificação.

Esses compromissos não foram adaptados à evolução do contexto econômico, político e social, tanto europeu quanto mundial. Isso intensificou as contradições iniciais e impôs constrangimentos cada vez mais pesados. Os desequilíbrios resultantes, a justaposição de setores protegidos e setores de livre concorrência tornam a **Europa Agrícola** um sistema controvertido. Impõe ônus financeiros consideráveis para a supressão dos excedentes internos e se traduz numa inserção bastante desordenada da **Europa** nos intercâmbios mundiais.

O presente trabalho expõe, primeiramente, as bases da formação da **Política Agrícola Comum**. A seguir, apresenta a organização dos mercados decorrentes dessas bases, com um enfoque particular sobre a parte mais original da política de preços comuns, que é a **Política de Sustentação**. O terceiro ponto tenta analisar as implicações dessa **Política de Sustentação**: a heterogeneidade dos regimes de importação e a extroversão estrutural da **Agricultura Européia**.

O interesse desse trabalho para a integração entre a **Argentina, o Brasil** e o **Uruguai** não é só explicitar a organização e as implicações da **Política Agrícola Comum**, como se fosse um modelo a transplantar. Ensina como compromissos iniciais, tanto internos quanto em relação aos intercâmbios mundiais, quando não superados, induzem a desvios estruturais violentos. Aponta a importância das heranças nacionais, das condições iniciais, e das relações de força, tanto dentro da **Comunidade** quanto em relação aos mercados mundiais. Sublinha que, mesmo dando prioridade, na integração, ao mercado interno, não se podem conceber os intercâmbios externos como meros complementos. Mostra, também, que as relações vigentes no mercado mundial não devem estruturar as políticas internas, mas que é preciso definir, logo, os papéis e as interrelações entre mercados internos e externos nos processos de integração e desenvolvimento.



BASES DA FORMAÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

O "Tratado de Roma"

A **Política Agrícola Comum (P.A.C.)** tem suas raízes na assinatura, em março de 1957, do **Tratado de Roma**, tendo o objetivo, idealista, de instituir uma **Comunidade**, a fim de incentivar uma união estreita entre os povos europeus e assegurar os progressos econômico e social. O **Tratado** está baseado numa análise econômica que conclui pela superioridade dos grandes espaços e dá prioridade aos mercados internos. Este pensamento básico orientará toda a elaboração e condução da **P.A.C.** até os anos 80. Alguns observadores apontam essa prioridade interna como o **pecado original**.

O elemento principal da integração européia é o estabelecimento

progressivo de uma união aduaneira, via supressão dos direitos alfandegários e das restrições à livre circulação das mercadorias entre os **Estados-membros**, e, ao mesmo, tempo, via adoção de uma tarifa comum frente aos outros países. Com uma inspiração nitidamente liberal, o **Tratado de Roma** prevê a determinação de regras garantindo que as normas de livre concorrência, tanto interna quanto externa, não sejam adulteradas. Uma das poucas exceções a esses preceitos é a política setorial da agricultura.

O Caso Específico da Agricultura

O regime especial da agricultura encontra suas justificativas nas características peculiares da produção rural: equilíbrio difícil entre oferta e demanda, inércia da produção, heterogeneidade extrema, aspectos sociais e demográficos relevantes, formas múltiplas de interferência pública. Apesar da complexidade, bem como dos desentendimentos entre os países europeus, resolveu-se que "o **Mercado Comum** estende-se à agricultura e ao comércio dos produtores agrícolas".

O artigo 39 do **Tratado de Roma** explicita os objetivos da **Política Agrícola Comum**, todos de nítida finalidade interna: a) aumentar a produtividade da agricultura; b) assegurar, assim, um padrão de vida justo à população rural; c) estabilizar os mercados; e d) garantir a segurança do abastecimento.

Ressalta, também, o caráter familiar das explorações rurais.

O êxito dessa política necessita da superação das políticas nacionais oriundas de experiências próprias, estruturação de mercados e interesses divergentes, para integrá-los num conjunto único. Uma simples união aduaneira, ou a supressão das intervenções públicas não alcançariam os objetivos propostos. O êxito implica, assim, a definição de uma **Instituição Européia**, não só de coordenação, mas, principalmente, de determinação e implantação da **P.A.C.** Essa **Instituição** deve ter autoridade suficiente para se impôr aos **Estados** europeus. A **P.A.C.** é, talvez, onde aparece mais claramente o caráter supranacional da **Comunidade.**

A definição de uma base para a unificação dos mercados ficou bastante complicada, pois cada país entra com uma forte herança nacional: políticas de incentivos, estruturas de produção, de consumo e de intercâmbios. Apesar de ser uma construção nova, a **P.A.C.** teve que conciliar e incorporar essas situações nacionais discordantes. Disso resultou um compromisso inicial implícito entre as várias estruturas de produção, tal como entre os diversos interesses nacionais. Este compromisso não foi claramente explicitado nem superado, trazendo, a longo prazo, sérios desajustes estruturais.

A organização do Mercado Agrícola Comum

A extensão do **Mercado Comum** à agricultura, com referência à integração industrial, não podia se dar através da simples supressão, gradual, das formas de proteção e subsídio. Precisava-se, também, com base nas disparidades iniciais, organizar um amparo comum à agricultura.

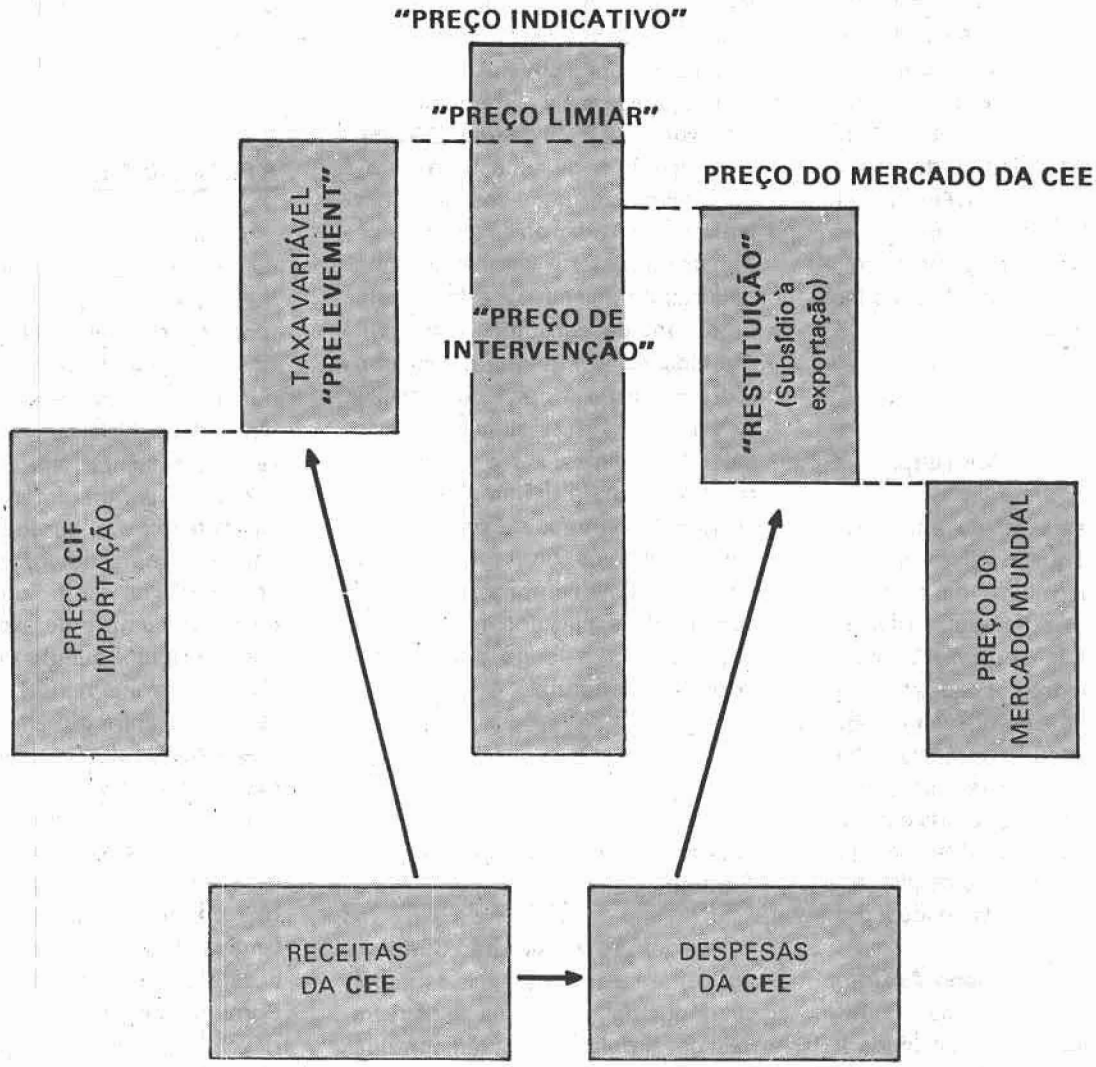
Em derrogação aos preceitos gerais do **Tratado**, as regras de livre concorrência não se aplicam, de fato, à agricultura. Em oposição à teoria do **Livre Câmbio**, a proteção e intervenção públicas formam o quadro geral dos mercados agrícolas nacionais. A partir dessa realidade e da diversidade das situações européias, o **Tratado** faz da proteção uma pedra de toque, no sentido de assegurar certa coerência à **Política Comum**, resultando, a longo prazo, na homogeneização das **agriculturas.** O pensamento básico orientador dessa escolha é que uma estruturação voluntarista dos preços impele a uma estruturação dos mercados internos e das produções.

A Política de Sustentação: suas bases

O instrumento-chave para implantar essa estrutura de preços e, ao mesmo tempo, amparar os produtores é a chamada **Politique de Soutien (Política de Sustentação).** Permite conciliar, de forma bastante original, dois objetivos pouco compatíveis: a) sustentar, via consumidores e, não, via contribuintes, a renda dos agricultores; e b) assegurar a estabilidade do mercado europeu, operando na oferta, tanto interna (preços mínimos, compra de excedentes, armazenamento) quanto externa (taxação nas fronteiras). Três preceitos regem a aplicação da **Política de Sustentação:** a) a implantação de um espaço agrícola europeu unificado, que exclui qualquer restrição à concorrência interna e impõe medidas de harmonização e preços comuns; b) a preferência comunitária, que incentiva um país deficitário a se abastecer com prioridade dentro da **Comunidade**, mediante uma taxa variável, equiparando os preços mundiais aos preços europeus; e c) a solidariedade financeira, significando que as despesas resultantes da aplicação dessa política estão compartilhadas entre todos os países-membros.

A organização concreta dos mercados europeus, decorrente das bases de **Política de Sustentação**, está regida por dois mecanismos básicos de formação e defesa dos preços: a) um regime interno, determinando os preços, a fim de orientar a produção, em função das necessidades e das condições dos mercados intra-europeus; e b) um regime de intercâmbios externos, para agilizar o abaste-

MECANISMOS DE FIXAÇÃO DOS PREÇOS EUROPEUS
(Caso dos Cereais)



(Segundo B. PHILIPPE, 1986 p.66).

cimento interno (produtos deficitários) ou facilitar as exportações (em caso de excedentes).

O regime interno

O regime interno firma-se sobre um conjunto de três preços europeus: **indicativo, de intervenção** e **limiar.** Estes preços são fixados a cada ano, antes do plantio. O mercado de cereais é um bom exemplo do funcionamento da **Política de Sustentação,** porque define as formas de intervenção nesse segmento a servir de modelo para os outros produtos. Além disso, os cereais são de suma importância, tanto na alimentação humana, quanto na animal. Os preços dos cereais repercutem, assim, sobre muitos mercados conexos.

A base da **Política de Sustentação** é o preço indicativo, preço desejado do mercado na região mais deficitária (Duisburg, na **Alemanha Federal).**

O **preço limiar** representava o valor das importações no porto mais próximo (Amsterdã) para que, acrescido do custo do transporte, seja igual ao **preço indicativo.** O **preço de intervenção** fixa o patamar abaixo do qual as instituições européias intervêm nos mercados. Esse último é fixado de forma a incentivar o envio dos excedentes europeus para as regiões deficitárias. A proteção contra superproduções está garantida, pelas exportações e pela compra dos cereais ao **preço de intervenção,** para posterior armazenamento ou venda subsidiada às indústrias de transformação.

O regime de intercâmbios externos

O preceito inicial do regime externo é a supressão de todas as restrições quantitativas, tanto para as importações quanto para as exportações. No entanto, para proteger e estabilizar os mercados europeus, em coerência com o regime interno, recolhe-se uma taxa variável, chamada direito nivelador (**prelevement**), sobre o valor **(cif)** das importações, de modo a equipará-lo ao **preço limiar.** Ao inverso, as exportações recebem uma restituição, baixando o seu preço ao nível dos mercados mundiais. Esses mecanismos, bastante originais, permitem, do mesmo jeito, subtrair os mercados europeus às pressões mundiais e facilitar as importações de produtos deficitários, diminuindo, assim, as pressões no mercado interno.

Tal esquema apresenta certa coerência, visto que a **Política de Sustentação** desenvolve-se tanto nos mercados internos quanto externos. Ela contém os preços efetivos entre valores limites **(preço indicativo** e **preço de intervenção),** assegurando a estabilidade dos mercados e permitindo o estabelecimento das estruturas planejadas de preço.

IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA DE SUSTENTAÇÃO: Heterogeneidade dos regimes de proteção: o caso das importações

Tal como definido pela **Política de Sustentação,** o regime de intercâmbios externos aparece como um simples complemento à estratégia interna de preços.

No entanto, a determinação do regime externo, além de fatos objetivos (tais como as taxas de abastecimento interno ou as variações erráticas das cotações mundiais) obedeceu, também, a pressões de organizações profissionais européias. Isso implicou uma forte proteção para alguns segmentos da produção (cereais, leite, açúcar, por exemplo) e, ao mesmo tempo, uma liberdade de importação de certas matérias-primas (caso das oleaginosas). Além do mais, para que a taxação variável das importações seja aceita pelo **G.A.T.T.** e, sobretudo, pela **Administração dos Estados Unidos da América,** foi preciso admitir concessões sobre alguns produtos. A maior foi a consolidação de uma taxa nula sobre as importações de soja e oleaginosas.

Apesar dessa heterogeneidade do regime de importação servir, num primeiro momento, aos interesses da **Comunidade,** aparece como um compromisso ambíguo entre mercados internos e intercâmbios. Ela é, da mesma forma, o preço pago pela **Comunidade** para determinar livremente as normas de organização do mercado de cereais. A consolidação de uma taxa nula para as oleaginosas desempenhou forte influência sobre o desenvolvimento ulterior de muitos mercados, induzindo consideráveis transformações nos padrões de alimentação animal. Impôs tensões violentas não só no mercado de cereais, mas, também, no conjunto da comunidade agrícola européia, dada a justaposição num mesmo espaço de setores protegidos e setores concorrenciais.

A Europa como sistema extrovertido

Até os anos 70, os constrangimentos desse compromisso inicial entre interesses contraditórios pouco se desenvolveram e foram suportáveis para a maioria dos atores. No entanto, definido de maneira rígida, o compromisso não foi adaptado à evolução dos mercados. Ora, nos anos 70, modificações importantes vão alterar tanto os padrões de produção quanto de consumo e de intercâmbios, tornando nítida a forma extrovertida da **Europa Agrícola.** Mais uma vez, o exemplo do mercado dos cereais ajuda a entender os mecanismos desse desvio estrutural.

A ruptura maior aconteceu em 1974. O período anterior é caracterizado pelo desenvolvimento acelerado da agricultura européia, sobretudo na forma da intensificação e da interdependência. Nota-se um forte crescimento conjunto, da produção e do consumo interno de cereais, sobretudo na alimentação animal. A partir de 1975, no entanto, essa ligação quase mecânica desaparece. Enquanto a produção continua aumentando, o consumo interno dos cereais europeus se estabiliza (e até mesmo, recua). Os anos de 1976 e 1977 estão marcados por uma queda da produção resultante de condições climáticas desfavoráveis. Para suprir o mercado interno, a **Comunidade Econômica Européia** recorre a importações de complementos (milho e soja, particularmente). Esses complementos vão rapidamente tornar-se substitutos dos cereais europeus. Podem ser apontadas causas principais para esse movimento: a intensificação da produção animal, principal mercado consumidor dos cereais; e os regimes, tanto interno quanto externo, do mercado comum de cereais. O regime interno sustenta o preço dos cereais europeus em um nível elevado, enquanto o regime de intercâmbios autoriza a entrada, sem taxação, de produtos concorrentes.

Coexistem, assim, dentro do **Mercado Comum**, dois sistemas contraditórios de preços para produtos rivais, sistemas decorrentes dos compromissos iniciais. A resultante dessa divergência foi um crescimento do ônus financeiro para reduzir os excedentes internos e uma inserção da **Comunidade** nos mercados mundiais, de forma subordinada e desordenada (porque não planejada).

Essa *extroversão da agricultura européia*, justaposição de excedentes e **deficits** estruturais têm as suas raízes tanto nas contradições iniciais quanto na gestão dessas contradições. Enquanto, na definição inicial, os intercâmbios apareciam como complementos ao regime interno de preços, agora a gestão desse último depende fortemente dos mercados mundiais. Cresce a dependência externa da **Comunidade**; reduz-se a sua capacidade de determinação e implantação de políticas autônomas.

Os ajustes recentes da P.A.C.

Houve, nos últimos anos, uma redefinição sensível da **P.A.C.**, no sentido de reduzir os desequilíbrios estruturais e melhor adaptá-la às condições dos intercâmbios mundiais. As novas disposições estruturaram-se em três eixos principais: a) esforço de controle da produção, através da instauração de **limiares**, limitando a aplicação dos preços de sustentação a quantidades pré-estabelecidas; b) vontade de desenvolver posição mais estável e estruturada nos mercados mundiais; e c) tentativa de limitação das importações, tanto por auto-restrição dos países exportadores (caso da **Tailândia** com a mandioca), quanto pelo desenvolvimento de produtos competitivos de substituição.

No entanto, essas decisões apresentam dois perigos: a) conter as reformas numa lógica meramente financeira e não definir uma nova estratégia para a agricultura comum; e b) subordinar as reformas às lógicas dos intercâmbios.

O que está em discussão, em jogo, não é uma política de intercâmbio, mas a definição de uma nova política de produção, para que se recupere e cresça a capacidade de a **Comunidade Econômica Européia** determinar e implantar políticas autônomas de desenvolvimento equilibrado, tanto para a agricultura quanto para o conjunto da economia e da **Sociedade Européia**.

A análise da formação da **Política Agrícola Comum** apontou uma certa lógica na dinâmica da integração européia.

Primeiramente, tem-se que notar a existência de um quadro básico coerente. Os instrumentos implantados pareciam, à primeira vista, adaptados aos problemas da construção inicial da **CEE**. Esse quadro resultou de compromissos diversos entre várias exigências contraditórias, decorrentes das relações de força, tanto entre os países europeus, quanto entre a **Comunidade** e o mundo, decorrentes, também, de um contexto econômico e social particular da **Europa**.

No entanto, definidos de maneira por demais rígida, esses compromissos não foram adaptados às evoluções do contexto econômico, político e social, europeu e mundial, resultando em sérios desequilíbrios estruturais. Esses desequilíbrios foram, também, conseqüência de vários mecanismos institucionais que permitiram a justaposição de setores protegidos e setores concorrenciais, tornando-a um sistema extrovertido.

Houve, nos últimos anos, esforços para tentar resolver esses desequilíbrios estruturais. Os resultados não alcançaram totalmente as metas. Sobretudo, fica ainda em aberto a redefinição, cada ano mais necessária, da **Política Agrícola Comum** e do seu papel no desenvolvimento da **Europa**.

Quais são os ensinamentos para o caso da integração entre a **Argentina**, o **Brasil** e o **Uruguai**?

Primeiramente, devem-se apontar diferenças fundamentais nos contextos. Enquanto a **Comunidade Econômica Européia** foi definida como uma estratégia voluntarista de desenvolvimento interno e encerrou os mercados externos como complementos dos mercados europeus, no caso sul-americano concebe-se mais a integração como um conjunto de mecanismos para superar a crise que esses países atravessam e, para o caso do **Brasil**, observa-se, também, uma subordinação maior do mercado interno aos intercâmbios mundiais. Outro ponto relevante é o caráter **fechado** do mercado brasileiro e a administração centralizada das importações e uma clara vontade de continuar nessa via.

A dinâmica de integração sul-americana enfrenta também alguns perigos. O primeiro seria um excesso de pragmatismo, resultando numa concepção atomizada dos intercâmbios, sem uma definição global dos mesmos num processo de desenvolvimento. Mais importante, não parece existir, no caso brasileiro, uma política explícita de desenvolvimento interno, nem de uma nova inserção na divisão internacional do trabalho.

O que importa, em última instância, não é a implantação de dinâmicas de intercâmbios, mas a definição de políticas nacionais e multinacionais, de desenvolvimento econômico e social.

***Jean-François Fritsche**, Professor da **Universidade de Paris III** e do **Centro de Recursos Humanos** da **Universidade Federal da Bahia**.*

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES NO TRIÊNIO 1986-1988

Nos dez primeiros meses de 1988, em média, os preços (corrigidos pelo **IGP-DI**) dos produtos que compõem o **IPR (Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais)** continuaram em queda. Dentre as 25 lavouras, apenas oito registraram recuperação em relação à média do ano anterior (amendoim, fumo, laranja, mandioca, milho, soja, cebola e mamona). Todavia, seus preços ainda se encontram aquém dos praticados nos anos anteriores. Quanto aos preços dos produtos de origem animal, entre onze, apenas um, a lã, registrou recuperação.

As razões que determinaram este comportamento dos preços variaram bastante. As cotações da mandioca e do milho refletiram queda na produção enquanto que as do café, cuja safra foi substancialmente reduzida, caíram, acompanhando o mercado internacional, o qual também condicionou a elevação dos preços da soja e da laranja (cujas colheitas cresceram em 1988, especialmente a da oleaginosa). Os preços da cana-de-açúcar e do trigo, administrados pelo governo, acompanharam a redução generalizada. De qualquer forma, dentre os fatores que influenciaram os preços dos produtos, no nível do agricultor, deve-se destacar a redução do poder de compra dos salários, que impede a expansão da demanda por alimentos, além do uso da **OTN** como fator de correção dos preços mínimos.

A situação, contudo, poderia ter

QUADRO 03 – BRASIL – PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES
(em Cz$ de outubro de 1988)

PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA JAN/OUT 1986	1987	1988	VARIAÇÃO % 87/86	88/87
Algodão em caroço	kg	193	168	145	–12	–14
Amendoim em casca	kg	130	83	97	–36	16
Arroz em casca	kg	100	58	57	–41	– 3
Banana	dúzia	81	73	60	–14	–18
Batata-inglesa	kg	177	97	55	–49	–44
Cacau	15 kg	11.311	9.916	6.999	–13	–29
Café em coco	kg	919	286	170	–69	–41
Cana-de-açúcar	t	4.178	4.282	3.581	2	–16
Feijão	kg	244	201	159	–19	–21
Fumo em folha	kg	521	284	317	–47	12
Laranja	cento	916	663	980	–22	48
Milho	kg	61	40	42	–33	4
Mandioca	t	17.189	15.109	18.155	–14	20
Soja	kg	86	72	91	–13	26
Tomate	kg	149	102	77	–32	–24
Trigo em grão	kg	134	79	61	–40	–22
Cajú	kg	334	205	73	–42	–64
Cebola	kg	155	95	150	–40	57
Coco-da-baía	unidade	71	61	52	–18	–14
Juta	kg	217	162	106	–30	–34
Malva	kg	246	167	100	–36	–40
Mamona	kg	84	81	85	– 3	5
Pimenta-do-reino	kg	1.741	1.488	941	–18	–37
Sisal	kg	98	61	52	–39	–15
Uva	kg	125	170	78	25	–54
Bezerro	cabeça	56.029	45.875	23.084	–25	–50
Boi gordo (corte)	15 kg	9.942	9.900	6.313	– 9	–36
Vaca leiteira (raça)	cabeça	292.582	253.493	118.312	–21	–53
Vaca leiteira (comum)	cabeça	157.975	151.944	73.924	–14	–51
Suíno (corte)	15 kg	7.029	4.697	3.876	–36	–17
Frango (corte)	kg	432	363	275	–19	–24
Leite	litro	86	102	74	17	–27
Lã	15 kg	12.691	10.142	11.556	–18	14
Ovos	dúzia	263	216	180	–21	–17
Mel de abelha	litro	1.006	842	665	–17	–21
Boi magro	cabeça	102.570	88.683	48.247	–20	–46

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

sido ainda pior se não tivesse vigorado este ano uma nova sistemática de colocação no mercado dos estoques governamentais, regida pelo chamado **preço de intervenção** (ver **Agroanalysis**, vol. 12, nº 2, fevereiro de 1988) e se o período de correção dos preços mínimos não tivesse se estendido até o final das safras.

É importante, também, observar o que ocorreu com os preços convertidos em **OTN**. Verifica-se, então, que, em 1988, os preços de doze produtos das lavouras registraram recuperação em relação à média de 1987 (algodão, amendoim, arroz, fumo, laranja, mandioca, milho, soja, cebola, coco-da-baía, mamona e sisal). No caso dos produtos de origem animal, não houve modificação: apenas a lã apresentou variação positiva.

O Gráfico mostra os valores mensais de quatro índices relevantes (**IGP, OTN, IPR** e **IPP**) no período julho de 1986 a outubro de 1988 (isto é, desde que o **IPP** e o **IPR** foram criados). O ano de 1986 pode ser considerado atípico, devido à vigência do **Plano Cruzado**. Até fevereiro de 1987, a **OTN** permaneceu **congelada**, o que explica a repentina variação de seu valor, mas, a partir de então, nos dezenove meses subseqüentes, apenas em duas ocasiões (julho de 1987 e agosto de 1988) a variação de seu valor superou a do **IGP**. É esta defasagem que explica os resultados diferentes que se obtêm corrigindo os preços dos produtos pelo **IGP** ou convertendo-os em **OTN**.

Numa conjuntura de inflação elevada, como a brasileira, a escolha do indexador é crucial, mesmo sendo

QUADRO 04 – BRASIL – PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES (Valores em OTN)

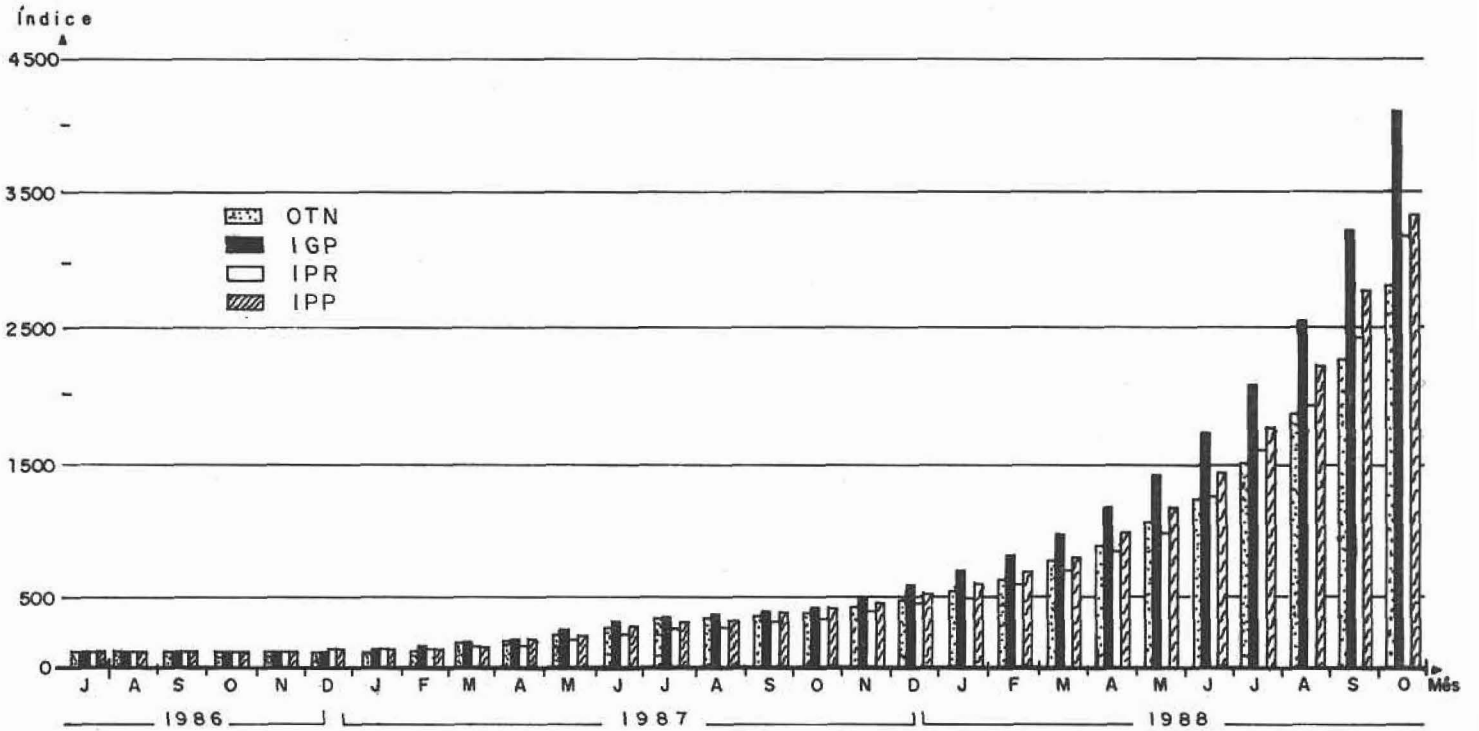
PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA JAN/OUT 1986	1987	1988	VARIAÇÃO % 87/86	88/87
Algodão em caroço	kg	0.045	0.044	0.044	- 3	1
Amendoim em casca	kg	0.031	0.022	0.030	-29	38
Arroz em casca	kg	0.024	0.015	0.018	-35	14
Banana	dúzia	0.019	0.019	0.018	1	- 4
Batata-inglesa	kg	0.041	0.026	0.017	-38	-34
Cacau	15 kg	2.664	2.552	2.154	- 4	-16
Café em coco	kg	0.216	0.077	0.053	-65	-31
Cana-de-açúcar	t	0.984	1.115	1.106	13	- 1
Feijão	kg	0.057	0.052	0.049	- 9	- 6
Fumo em folha	kg	0.123	0.075	0.098	-38	30
Laranja	cento	0.215	0.173	0.301	-20	74
Milho	kg	0.014	0.011	0.013	-27	22
Mandioca	t	4.046	3.975	5.627	- 2	42
Soja	kg	0.020	0.019	0.028	- 7	51
Tomate	kg	0.035	0.027	0.024	-24	-10
Trigo em grão	kg	0.031	0.021	0.019	-34	- 8
Cajú	kg	0.079	0.055	0.022	-31	-59
Cebola	kg	0.036	0.025	0.047	-33	89
Coco-da-baía	unidade	0.017	0.016	0.016	- 4	1
Juta	kg	0.051	0.043	0.033	-16	-23
Malva	kg	0.058	0.044	0.031	-24	-30
Mamona	kg	0.020	0.021	0.026	8	25
Pimenta-do-reino	kg	0.409	0.390	0.287	- 5	-26
Sisal	kg	0.023	0.016	0.016	-31	0
Uva	kg	0.029	0.045	0.024	53	-48
Bezerro	cabeça	13.177	12.186	7.124	- 8	-42
Boi gordo (corte)	15 kg	2.342	2.624	1.958	12	-25
Vaca leiteira (raça)	cabeça	68.797	67.243	36.455	- 2	-46
Vaca leiteira (comum)	cabeça	36.959	40.351	22.790	9	-44
Suíno (corte)	15 kg	1.656	1.250	1.200	-25	- 4
Frango (corte)	kg	0.102	0.095	0.085	- 6	-11
Leite	litro	0.020	0.027	0.023	31	-14
Lã	15 kg	2.981	2.657	3.597	-11	35
Ovos	dúzia	0.062	0.057	0.056	- 8	- 2
Mel de abelha	litro	0.237	0.220	0.205	- 7	- 7
Boi magro	cabeça	24.131	23.503	14.913	- 3	-37

FONTE – FGV/Ibre/Cea.



1. Para permitir comparações, a base do **IGP** foi mudada para junho de 1986 = 100 e foi construído um índice dos valores da **OTN**, utilizando-se o mesmo período-base.

BRASIL – ÍNDICES RELEVANTES



FONTE – FGV/Ibre/Cea.



certo que, num prazo mais longo, os diferentes índices terminem por convergir.

No que se refere ao **Setor Agrícola** de modo particular, é conveniente observar que, em 1988, os preços dos insumos cresceram, de modo geral, mais do que a **OTN.** Os agricultores, portanto, ter-se-iam beneficiado, se o **IPP** continuasse sendo usado como **indexador** dos preços mínimos.

Outra observação interessante é que a evolução da taxa de câmbio ficou bastante próxima da variação da **OTN,** indicando que os produtores de gêneros destinados ao mercado externo não tiveram, em 1988, ganhos decorrentes de uma sobrevalorização cambial, como ocorreu em anos anteriores. Assim, a elevação dos custos de produção tem afetado igualmente os produtores que vendem para o mercado interno e externo, exceto por diferenças de produtividade que, em vários casos, favorecem mais um ou outro tipo de produtor.

Considerando-se os dez primeiros meses do ano, em 1987 as variações mensais do **IPP** superaram as do **IPR** em seis meses, e em 1988, em cinco. Ainda assim, durante todo o período, a relação de trocas (**IPR** dividido pelo **IPP**) foi desfavorável, indicando que o crescimento acumulado do **IPP** superou o do **IPR,** apesar das eventuais recuperações na variação mensal do **IPR.**

Estes fatos indicam que, no geral, os agricultores brasileiros ainda enfrentam dificuldades. Torna-se, portanto, necessário examinar atentamente as opções quanto à escolha de tecnologias alternativas, visando aumentar a produtividade física e reduzir os custos.

PREÇOS DOS SERVIÇOS NO MEIO RURAL

Em prosseguimento à divulgação dos resultados do levantamento semestral realizado pelo **Centro de Estudos Agrícolas** (ver **Preços das Terras e Salários no Meio Rural – Agroanalysis**, vol. 12, nº 10), o Quadro 05 discrimina as médias dos preços pagos pelas tarefas de aração de terra e para o transporte da produção agrícola, vigentes no final do primeiro semestre de 1988, segundo as unidades da **Federação**, grandes regiões e **Brasil**.

A coleta dos preços que dá origem a essas informações, vale lembrar, vem sendo assegurada pelos extensionistas da **Emater** de cada estado e, em **Rondônia, Acre, Pará** e **Bahia**, nas áreas de sua atuação, também pelos técnicos da **Ceplac**.

Os preços são baseados em tipo de serviço capaz de representar o mais comumente utilizado na região, se bem que não se faça especificação rígida, dada a diversidade de terrenos arados e de produtos transportados.

Ao longo dos seis primeiros meses de 1988, na média brasileira, os preços dos serviços no meio rural expandiram-se aquém dos índices que medem a inflação. Distanciaram-se, também, dos preços recebidos pelos agricultores.

Em valores nominais, o custo da empreitada de trator aumentou 154% e o da tração animal, 113%. Os serviços de transporte de caminhão e fluvial tiveram seus preços reajustados em 134% e 104%, respectivamente. Em igual período, o valor da **OTN** elevou-se 156% e o **IGP**, 188%. Quanto aos preços recebidos pelos produtores rurais, ascenderam 170%.

Em termos reais, os serviços desvalorizaram-se entre 12% (empreitada de trator) e 29% (transporte fluvial). São números que surpreendem, tendo em vista os bons resultados da safra 1987/88. Fato é que os preços dos transportes são, de certo modo, controlados. Os das tarefas de aração, por seu turno, refletiram as necessidades do próximo plantio, o qual, se estima, será menor comparativamente ao da referida safra.

QUADRO 05 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – PREÇOS MÉDIOS DOS SERVIÇOS NO MEIO RURAL – 1º SEMESTRE DE 1988

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREITADA (Cz$/ha)		TRANSPORTE (Cz$/t/km)	
	Trator	Tração animal	Caminhão	Fluvial
Região Norte	**5.888,32**	**3.750,00**	**66,49**	**31,29**
Rondônia	5.900,00	3.750,00	106,14	...
Acre	...	...	27,67	25,00
Amazonas	...	...	...	...
Roraima	3.700,00	...	55,08	30,00
Pará	5.945,02	...	60,73	38,88
Amapá	...	...	...	...
Região Nordeste	**4.518,19**	**2.418,64**	**72,22**	**31,68**
Maranhão	5.897,53	2.627,68	68,92	23,00
Piauí	3.547,96	1.916,06	84,49	20,09
Ceará	4.856,64	1.952,47	74,11	20,90
R. G. do Norte	2.491,75	1.058,38	88,34	...
Paraíba	3.916,83	2.034,04	81,19	...
Pernambuco	6.453,16	3.150,37	81,41	50,00
Alagoas	5.076,28	2.168,90	59,32	30,00
Sergipe	3.843,63	3.685,25	52,28	25,12
Bahia	4.104,38	2.406,79	61,77	52,66
Região Sudeste	**4.213,58**	**2.939,35**	**49,51**	**22,63**
Minas Gerais	3.791,31	2.767,66	37,72	19,90
Espírito Santo	5.430,17	4.470,19	39,99	20,00
Rio de Janeiro	5.799,34	4.319,20	68,60	28,00
São Paulo	...	...	...	...
Região Sul	**4.665,21**	**3.154,58**	**67,01**	**47,62**
Paraná	4.670,29	3.098,17	70,43	47,62
Santa Catarina	4.915,63	3.669,22	53,98	...
R. G. do Sul	4.592,71	3.006,28	69,83	...
Reg. Centro-Oeste	**4.310,65**	**2.888,32**	**47,90**	...
Mato G. do Sul	4.416,45	2.314,65	56,60	...
Mato Grosso	4.257,09	2.997,97	36,06	...
Goiás	4.243,52	3.307,19	46,43	...
Distrito Federal	...	...	...	...
Brasil	**4.542,32**	**3.003,16**	**61,10**	**33,31**

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

CAFÉ

EXPORTAÇÕES DE CAFÉ VERDE PARA PAÍSES MEMBROS DA OIC
(em milhões de sacas de 60 kg)

ESPECIFICAÇÃO	OUTUBRO – SETEMBRO			Δ % 1987/88 em relação à média dos 2 últimos anos
	1985/86	1986/87	1987/88	
Total	61.937	65.421	51.029	–20
Países c/direito à quota básica	58.656	62.045	48.286	–20
Suaves Colombianos	13.469	13.417	9.538	–29
Outros **Suaves**	16.536	18.358	11.069	–37
Brasil e Outros **Arábicos**	12.498	16.758	15.800	8
Robustas	16.153	13.512	11.879	–20
Países isentos de Quota Básica	3.281	3.376	2.743	–18
Arábicos	2.631	2.670	2.151	–19
Robustas	650	706	592	–13

FONTE – George Gordon Paton & Co., Inc.

EXPORTAÇÕES DE CAFÉ VERDE PARA PAÍSES NÃO-MEMBROS DA OIC
(em milhões de sacas de 60 kg)

ESPECIFICAÇÃO	OUTUBRO – SETEMBRO			Δ % 1987/88 em relação à média dos 2 últimos anos
	1985/86	1986/87	1987/88	
Total	6.942	7.635	11.211	54
Países c/direito à quota básica	6.514	7.412	10.350	49
Suaves Colombianos	912	1.242	1.482	38
Outros **Suaves**	2.040	1.935	3.521	77
Brasil e Outros **Arábicos**	1.573	2.629	2.417	15
Robustas	1.989	1.606	2.930	63
Países isentos de Quota Básica	428	223	861	165
Arábicos	338	205	611	125
Robustas	90	18	250	363

FONTE – George Gordon Paton & Co., Inc.

MERCADO NACIONAL

A seca que, de julho a meados de setembro, atingiu os estados produtores, somada aos **altos** preços dos **insumos** e pouco trato fitossanitário no cultivo do café, permitindo a propagação da **ferrugem**, acarretaram baixo rendimento físico.

Há expectativa de a próxima safra situar-se entre 22 milhões e 26 milhões de sacas, fugindo de muito à previsão de 45 milhões de sacas, feita em meados do ano. Esta estimativa baseou-se em que o café tem ciclo de maior produção bianual e, tendo sido a colheita de 1988/89 de menor rendimento, alcançando 20,6 milhões de sacas, a próxima seria uma safra considerada **gorda**.

Como esta tendência de quebra de safra é consistente, o mercado interno começa a se **aquecer**, provocando aumentos nos preços, principalmente dos cafés **finos**, dos tipos **mogiana** e **sul de Minas Gerais**. Há, ainda, esperança de floradas em dezembro, dependendo apenas dos níveis das precipitações nos estados produtores.

MERCADO INTERNACIONAL

Está havendo insatisfação generalizada nos países consumidores membros da **OIC**, relativamente ao não-cumprimento das normas estipuladas no **Acordo Internacional do Café**, renovado em setembro último, e a vigorar por mais um ano. É vetada a venda de café a países não-membros por preços inferiores aos oferecidos aos países-membros da **OIC** e vem acontecendo justamente o oposto, incluindo aumentos significativos na quantidade total de sacas, como é possível observar no crescimento percentual das exportações em 1987/88, com relação à média dos dois últimos anos e que chega a 54%. No que concerne ao mesmo total para países-membros, este chega a –20%. O **Brasil** sugeriu punições para os exportadores que não comprovarem suas remessas para países não-membros visando, assim, não ultrapassar a quota máxima de venda para estes destinos. O que vem ocorrendo, portanto, é um mercado paralelo de café, provocando, externamente, pressão baixista sobre o preço.

Nesta época do ano, a demanda de países do **Hemisfério Norte** torna-se maior com a proximidade do inverno, fato que, aliado aos baixos estoques até outubro, propiciou gradativa elevação no preço do café. Somando-se a isto, as compras especulativas de torrefadores engajados no aumento da cotação do produto contribuíram para que a média móvel de quinze dias ultrapassasse o patamar de US¢ 114,40/libra-peso, proporcionando a esperada liberação de 1 milhão de sacas, a ser rateada para os países produtores de café tipo **arábico**. Como a tendência é de preços externos estáveis, existe possibilidade de liberação de mais 1 milhão de sacas, atingindo a quota mundial 58 milhões de sacas.

FEIJÃO

FEIJÃO – ESTADOS SELECIONADOS – ÁREA PLANTADA DAS SAFRAS 1987/88 E 1988/89

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha) Safra 1987/88	Safra 1988/89	VARIAÇÃO (%)
Paraná	696.425	465.000	-33,23
Santa Catarina	270.000	273.000	1,11
Minas Gerais	238.850	231.614	- 3,03
Rio Grande do Sul	155.387	152.897	- 1,60
São Paulo	169.732	145.000	-14,57

FONTE – Prognóstico da Produção Agrícola – IBGE.

FEIJÃO – CUSTO DE PRODUÇÃO,[1] VBC E PREÇO MÍNIMO[2] – SAFRA 1988/89

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Custo de Produção	
Custo operacional (OTN/ha)	21,27
Custo fixo (OTN/ha)	10,01
Custo total (OTN/ha)	31,28
VBC	19,54
VBC/Custo operacional	92%
Custo operacional (OTN/60 kg)	1,77
Custo operacional/Preço Mínimo	55%

FONTE – Deral, CFP.

1 Dados estimados pelo Deral em junho/88, para lavouras com rendimento médio de 12 sacas de 60 kg/ha, correspondentes a uma faixa de produtividade de 601 a 800 kg/ha;

2 a vigorar de novembro de 1988 a março de 1989.

As diretrizes da política agrícola para a safra 1988/89, apesar de manterem fortes estímulos às lavouras destinadas ao abastecimento interno, mais uma vez parecem contrastar com as dificuldades estruturais inerentes a estes cultivos. Para o feijão, por exemplo, lavoura predominantemente explorada por pequenos produtores, a concessão de **VBC** estimulantes (novamente integrais para todas as categorias de produtores) parece não provocar respostas na produção em dimensões satisfatórias, visto que a grande maioria dos produtores, além da dificuldade no acesso ao crédito, tem-se mostrado retraída diante da atual sistemática de correção dos financiamentos rurais. Por outro lado, os preços mínimos anunciados para a próxima safra (0,053 **OTN**/kg, a vigorar até março de 1989), tiveram uma excelente receptividade por parte dos produtores, já bastante estimulados com o resultado econômico obtido, este ano, pela lavoura.

Entretanto, por si só, forte a intenção de plantio, detectada nos principais estados produtores da primeira safra, não foi suficiente para assegurar patamares de produção equivalentes aos obtidos na última **safra das águas**, cujo desempenho foi recorde, totalizando cerca de 1,7 milhão de t, de acordo com o **IBGE**.

No **Paraná**, principal produtor da safra **das águas**, o plantio, tradicionalmente efetuado em julho/agosto, foi frustrado pela estiagem que, à época, atingiu as regiões onde este se concentra (Norte e Noroeste do estado). Ali, plantam-se basicamente os **feijões-de-cores**. Além das perdas iniciais da semeadura, as lavouras que foram implantadas mais tardiamente foram também afetadas pela seca, nos meses de novembro e dezembro, em plena fase de floração e frutificação. Com isto, a expectativa de produção do **Deral** não ultrapassa as 370 mil t, 12% a menos do que a obtida na safra **das águas** 1987/88. No início de dezembro, as primeiras colheitas (10% área plantada) indicavam razoável quebra de produtividade, obtendo-se, em média, 570 kg/ha. Registra-se também, tanto em função das perdas na região **Norte**, como em razão do estímulo com o comportamento recente no mercado do **feijão-preto**, a inversão das proporções cultivadas com as duas variedades que, na safra passada, registraram a superioridade do **feijão-de-cores**. Segundo o **Deral**, o **feijão-preto** ocupa agora cerca de 275 mil ha, 55% da área estimada de plantio.

Em **Santa Catarina**, a **Cepa** havia estimado inicialmente uma produção de 218 mil t, ligeiramente superior à obtida no ano passado. Entretanto, em outubro, a ocorrência de granizo na região **Oeste** do estado, principal zona produtora, alterou esta perspectiva, visto que não havia possibilidade de replantio. De acordo com a **Cepa**, a produção deverá situar-se em torno de 195 mil t, das quais 60% correspondem ao **feijão-de-cores** e 40% ao **feijão-preto**. Por ora, registra-se certo atraso na colheita, a exemplo do que ocorreu nos demais estados produtores do **Centro-Sul**, cujos plantios foram retardados pela seca.

A produção paulista, também muito prejudicada pela estiagem, enfrenta ainda problemas fitossanitários, que já ocasionaram sensível quebra de produtividade. Preliminarmente, a **CFP** estimou acentuada redução da safra, comparativamente à do ano passado (em torno de 45%), fundamentada na significativa diminuição de área causada pela perda da época de plantio das principais variedades cultivadas no estado.

No **Rio Grande do Sul**, o **IBGE**, prognosticou pequeno recuo da área de plantio, contrariando a tendência inicial de expansão. A escassez de sementes, a concorrência da soja e a descapitalização de mini e pequenos produtores, entre outros, foram fatores decisivos para impedir acréscimos expressivos de área, segundo levantamento realizado pela **CFP**.

MAÇÃ

MAÇÃ – PRODUÇÃO BRASILEIRA – SAFRAS 1988 E 1989
(em mil t)

ESTADO	PRODUÇÃO 1988	PRODUÇÃO 1989[1]
Santa Catarina	200,0	220,0
Rio Grande do Sul	88,0	102,0
Paraná	30,0	35,0
São Paulo	20,0	20,0
Minas Gerais	112,0	1,2
Brasil	339,2	378,2

FONTE – ABPM.
[1] Estimativa preliminar.

MAÇÃ – PRODUÇÃO ARGENTINA – 1982/83 A 1987/88
(em mil t)

ANO	PRODUÇÃO
1982/83	817
1983/84	872
1984/85	922
1985/86[1]	594
1986/87[1]	1.078
1987/88[1]	900

FONTE – Secretaria de Agricultura da Argentina.
[1] Estimativa.

MAÇÃ – EXPORTAÇÃO ARGENTINA – 1981-87
(em mil caixas)

ANO	EXPORTAÇÃO
1981	10.166
1982	11.371
1983	10.499
1984	8.657
1985	9.872
1986	6.717
1987	10.300

FONTE – Corporación Frutícola Argentina.

Segundo a **Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM)**, a safra de 1988 teve desempenho acima das expectativas. Esperava-se colheita de 306 mil t e o resultado final foi de 339 mil t. Para a próxima safra, são aguardadas 378 mil t, aproximando-se, assim, cada vez mais, a auto-suficiência, pois a demanda anual é estimada entre 390 mil t e 400 mil t.

A comercialização este ano foi muito bem, mas se sabe que quem estocou perdeu dinheiro, em razão do elevado custo financeiro. O preço da caixa de 20 kg em **São Paulo**, no início de fevereiro, quando começou a colheita em **Santa Catarina** (colhe-se a **Gala**, em fevereiro, a **Golden**, em março e a **Fuji**, em abril), foi de Cz$ 800,00 e, agora, está entre Cz$ 14 mil e Cz$ 15 mil. No mês de dezembro, porém, apenas a região sul do **Paraná** colhe e seu produto não é considerado da mesma qualidade do catarinense.

Em razão do ainda baixíssimo consumo brasileiro da fruta (1,9 kg/hab/ano, em 1987 e 2,7 kg/hab/ano, em 1988) a **ABPM** tem a certeza do excelente potencial de crescimento da atividade. Contudo, em razão das atuais dificuldades por que passa a economia do país – e atestando a boa qualidade do produto brasileiro – já foram efetuadas, este ano, exportações da variedade **Gala** para a **Europa**. Estima-se que, em 1989, serão vendidas ao exterior entre 220 mil e 300 mil caixas de **Gala**.

No que se refere às importações da fruta **in natura**, permanece o acordo feito com a **Argentina**, em 1986, que fixou quotas de entrada de 200 mil caixas por mês, de fevereiro a junho, liberando-se as importações, a partir de então. Este acerto durará até 1989 e os produtores brasileiros desejam controlar as compras, mediante quotas, até o mês de setembro, o que lhes garantirá maior tranqüilidade, no mercado.

A próxima safra de **Santa Catarina** terá alguns desfalques, porém, derivados das precipitações de granizo, notadamente na região de **Lages**, onde está situada a sede da **ABPM**. Registre-se, contudo, que o granizo caiu justamente na época em que se efetua o chamado **raleio** dos pomares, etapa em que são eliminadas as frutas pequenas nas macieiras e seus estragos foram atenuados.

O rápido crescimento da atividade, na região **Sul** do país, é expresso pela grande quantidade de novos pomares entrando em produção e se estima que, já em 1990, a produção brasileira de maçã atinja as 400 mil t, cobrindo totalmente a demanda interna.

MAMONA

ÓLEO DE MAMONA
COTAÇÕES MENSAIS INTERNACIONAIS – 1987-88
(US$/t-cif-Roterdã)

MÊS	1987	1988
JAN	710	1.088
FEV	703	1.099
MAR	733	1.095
ABR	764	1.073
MAI	774	1.065
JUN	855	1.051
JUL	923	1.049
AGO	919	1.041
SET	966	1.025
OUT	985	999
NOV	985	1.078
DEZ	1.033	...

FONTE – Oil World.

BRASIL – EXPORTAÇÃO DE ÓLEO REFINADO DE MAMONA – JANEIRO A SETEMBRO – 1987-88

ESPECIFICAÇÃO	1987	1988	%
VALOR (US$ mil-fob)	37.913,0	34.204,0	– 9,8
QUANTIDADE (t)	57.783,0	37.578,0	–35,0
PREÇO MÉDIO (US$/t-fob)	656,1	910,2	38,7

FONTE – Cacex.

Após terem atingido, em fevereiro, US$ 1.099/t-cif, em **Roterdã**, as cotações do óleo de mamona vieram declinando lentamente, sobretudo em razão da intensificação da colheita da safra brasileira do produto, cujo pico se dá entre junho e agosto.

As cotações internacionais recuaram um pouco mais a partir de setembro, voltando a se recuperar há pouco tempo. A retração dos preços deveu-se às perspectivas de retorno da **Índia** como vendedora e, também, de vendas de óleo de procedência chinesa, remanescente de safras anteriores, por US$ 800/t-**fob**. Este preço situou-se abaixo do preço mínimo de exportação brasileiro, estabelecido pela **Cacex** em US$ 900/t-**fob**.

Em verdade, a produção indiana, a ser colhida de dezembro em diante, deverá ultrapassar em muito a obtida na frustrada safra passada (entre 200 e 250 mil t) atingindo até 400 mil t. Justamente em virtude da inexistência de excedentes, bem como dos altos preços cobrados no mercado interno, os indianos vêm preferindo comercializar seu produto dentro de suas fronteiras. Tendo-se limitado a cumprir o acordo comercial com a **União Soviética**, poderão voltar a ofertar no mercado mundial, quando o desejarem. No entanto, o óleo indiano só deverá estar disponível para embarque em fevereiro ou março próximos.

Além disso, uma vez descontadas as vendas para a **União Soviética** e a parte da produção de óleo destinada ao abastecimento interno, não se pode ainda precisar com exatidão quanto restará do produto indiano a ser comercializado no mercado externo e, portanto, o recuo das cotações verificado com maior intensidade em outubro foi, por enquanto, apenas resultante de movimentos especulativos por parte de compradores, para pressionar o mercado.

O fato é que, além dos comerciantes externos estarem manipulando seus estoques na tentativa de sustentar os preços, como, no momento, o **Brasil** é praticamente o único ofertante de óleo de mamona no exterior e, por outro lado, a demanda está insatisfeita, já em novembro, as cotações voltaram a subir. Note-se que, além de aqui se estar entrando em período de entressafra, os estoques finais de óleo de mamona, estimados recentemente pela **CFP** em torno de 27 mil t,[1] poderão reduzir-se mais, tendo em vista que, com a elevação das cotações externas, as exportações tendem a aumentar. Até setembro, de acordo com dados da **Cacex**, foram efetivamente exportadas pelo **Brasil**, entre óleo de mamona e seus derivados, 68.862 t (89.025 t em igual período do ano anterior) mas, segundo estimativas da **Comissão de Mamona da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais)**, esta quantidade poderá chegar a 105 mil t no final do ano.

Para acompanhar a tendência das cotações externas, em meados de novembro, o preço mínimo de exportação do óleo brasileiro foi reajustado pela **Cacex** para US$ 940/t-**fob** e, logo a seguir, para US$ 980/t-**fob**, podendo, ainda, ter novas alterações, conforme o mercado reaja daqui para a frente. Até agora, o **Brasil** vem desempenhando importante papel na formação dos preços externos mas, em breve, estes poderão passar a ser ditados pela **Índia** e, ainda pela **China**, que também deverá tornar-se, em 1989, um vendedor bastante agressivo.

[1] *Este nível é bem próximo ao que estava em poder do governo em 1987, embora este ano, cerca de 17,4 mil t do total dos estoques remanescentes devam estar com a iniciativa privada.*

MEL DE ABELHA

PRODUÇÃO[1] DE MEL EM PAÍSES SELECIONADOS 1985 A 1988[2] – (em mil t)

PAÍS	1985	1986	1987	1988[2]
Canadá	36,1	34,0	40,6	36,0
México	56,0	54,0	47,9	44,0
EUA	68,1	90,7	103,0	81,6
Argentina	45,0	36,0	40,0	40,0
Brasil	28,0	31,0	30,5	36,0
França	24,6	24,1	24,5	24,0
R. F. Alemanha	11,0	16,0	16,0	18,0
URSS	204,0	210,0	190,0	192,0
China	150,0	160,0	204,0	200,0
Japão	7,2	5,6	6,0	5,5
Austrália	26,9	25,1	28,0	29,0
Total	656,8	686,7	730,5	709,5

FONTE – Agra Europe.

[1] Ano civil, à exceção da Austrália, onde o ano-safra é de julho a junho;

[2] dado preliminar para 1988.

De acordo com as mais recentes avaliações, a produção de mel dos principais países produtores, em 1988, deverá decrescer cerca de 3% em relação a um ano antes. Os motivos variam de país para país.

No **Canadá**, a queda prevista, de 11%, deve-se à proibição à importação de abelhas norte-americanas, devido à contaminação pela doença de **Varroa**. Este impedimento levou ao declínio no número de colméias, de 700 mil em 1987, para 620 mil em 1988. A região ocidental do país foi a mais afetada por esta limitação, embora o declínio no número de colônias possa ser parcialmente compensado pelo aumento no rendimento médio por colônia.

No **México**, a retração estimada é de 8%, em conseqüência do baixo índice pluviométrico registrado nos estados de **Michoacán, Jalisco, Veracruz** e **Yucatán**. No caso deste último, a intensidade da seca prejudicou a florada, reduzindo, conseqüentemente, a circulação das abelhas durante os meses de **pico** (fevereiro, março e abril). Além do fator climático, o declínio da produção mexicana pode ser parcialmente atribuído ao processo denominado **africanização**, de algumas colônias apícolas no **Sul** do país.

Assim como prejudicou as safras agrícolas em geral, a forte seca, registrada no verão norte-americano de 1988, responsabilizou-se, no ano, pelo fraco florescimento das plantas e pela subseqüente redução de 17% na produção de mel daquele país.

Na **China**, a primavera caracterizou-se por baixos índices pluviométricos, o que afetou as safras de colza, tanto do inverno quanto da primavera. Assim, a produção de mel do país deverá diminuir 2% frente à de 1987, embora os aumentos isolados que se esperam obter no desempenho de algumas regiões se devam à expansão do número de colônias e, não, à melhoria no rendimento.

Dentre os países cuja produção deverá crescer em 1988, destaca-se o **Brasil**, com desempenho previsto em nível 18% superior ao de um ano antes. As excelentes condições climáticas aqui observadas ao longo do ano, tendo favorecido a qualidade e a abundância florais, foram determinantes para este resultado. Destaque-se, também, o processo de franco desenvolvimento que vem sendo experimentado pela apicultura brasileira, tanto em número de colméias quanto em evolução tecnológica. Atualmente, são duas as preocupações do subsetor apícola brasileiro: passar de grande exportador de cera para grande exportador de mel (já que são necessários de 7 a 10 kg de mel para a produção de 1 kg de cera), e se preparar para as conseqüências da liberação das importações de mel, recém-determinada pela **Cacex**.

SAFRA ARGENTINA

ARGENTINA
PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS DE SOJA



Os efeitos da recente estiagem que parècia retomar o período seco vigente durante cinco meses, responsável pela paralisação do plantio do milho e por atrasos nó preparo do solo e na semeadura das safras de girassol, sorgo e soja, parecem ter sido bastante reduzidos, após as chuvas de meados e fins de novembro. No início de dezembro, considerava-se que havia suficiente umidade para favorecer o bom desenvolvimento daquelas lavouras e, também do trigo tardio, sem que se pudesse estimar, ainda, a real capacidade de recuperação das plantas.

A divulgação de que chovia bastante na **Argentina** foi um dos fatores de baixa a atuarem sobre as cotações da soja na **Bolsa de Chicago**, ao lado das duas reavaliações sucessivas, para mais, da safra dos **EUA**, efetuadas pelo **USDA** (ver **Agroanalysis**, volume 12,números 10 e 11, outubro e novembro de 1988). Contudo, se o plantio dos grãos forrageiros progrediu mais rapidamente, no início de novembro, em razão da melhoria do clima, e os cultivos do girassol, do milho e do sorgo se beneficiaram de temperaturas mais altas e ventos secos, àquela ocasião, o trigo tardio e o linho já então precisavam de mais chuvas.

Segundo a publicação alemã **Oil World**, embora as chuvas de novembro tenham até forçado a interrupção do plantio, estiveram bem abaixo da média considerada normal para o período. Assim, se a situação não é mais tão preocupante quanto antes, ainda não está normalizada.

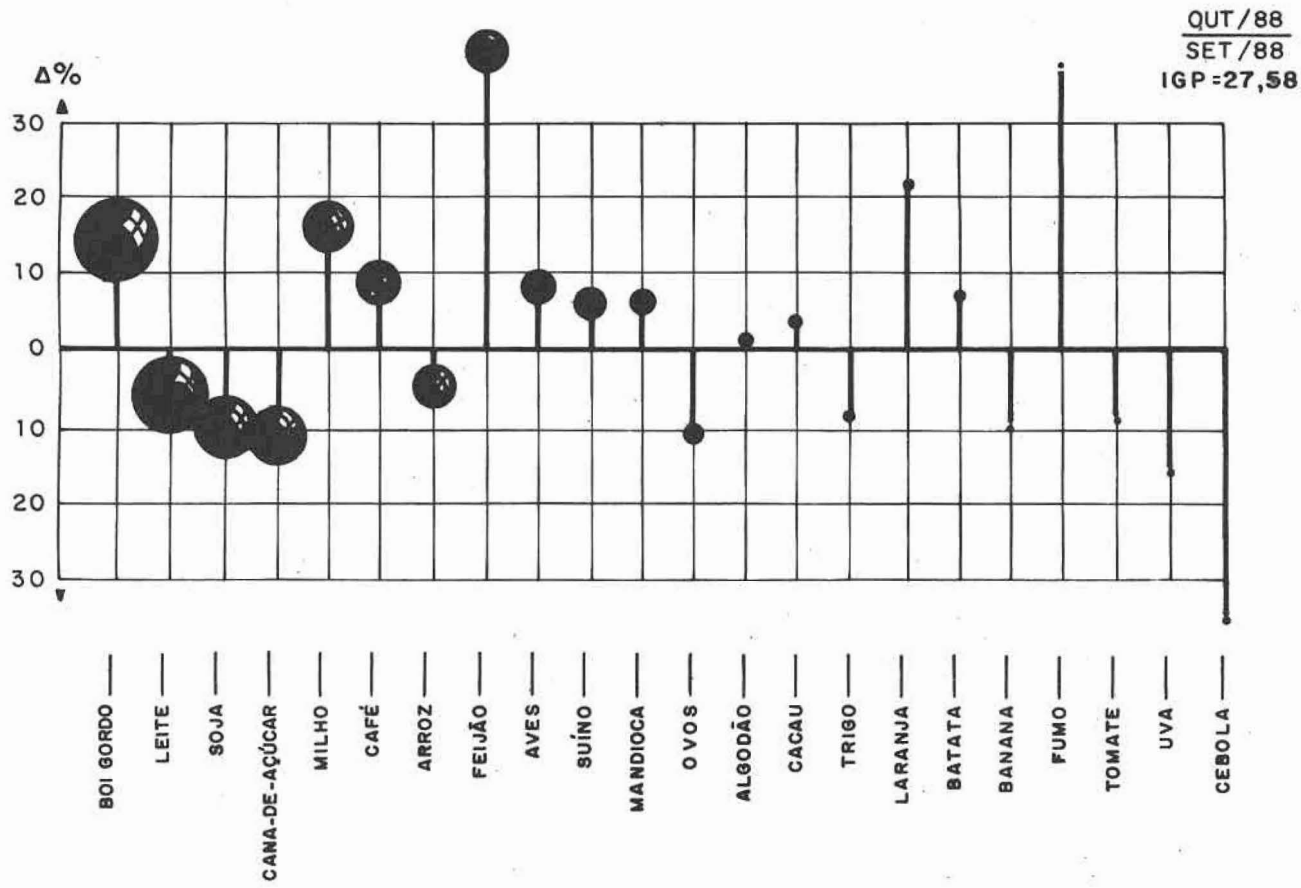
O plantio da atual safra de soja vem sendo esperado no intervalo de 4,7 milhões de ha a 5,1 milhões de ha, segundo fontes locais, o que, se concretizado, significará novo recorde para esta lavoura, no país. O incremento de 20% na área ainda é possível, caso se confirmem os prognósticos quanto a maior desistência do cultivo do milho. Registre-se, porém que os maiores atrasos no plantio da soja estão ocorrendo nas principais zonas de produção, situadas nas províncias de **Santa Fé** e **Buenos Aires**. No fim de novembro, estavam plantados 5% da área total e, na mesma época do ano passado, já tinham sido semeados 14% da área.

Quanto ao girassol, cujo óleo é o preferido dos consumidores argentinos (consumo anual de 400 mil t, enquanto o consumo de óleo de soja totaliza apenas 85 mil t) sua área de plantio está sendo estimada em até 2,4 milhões de ha, acima dos 2,1 milhões de ha registrados na safra passada.

No que se refere à comercialização da safra em 1989, tudo indica que se farão bons negócios, embora a colheita da soja seja feita nos meses de abril a junho (cerca de um mês atrasada em relação à colheita brasileira), quando já terão começado a ser divulgados os prognósticos da safra norte-americana de 1989/90. A produção de oleaginosas dos **EUA** deverá ser cerca de 20% menor, este ano, parcialmente compensada, no mercado mundial, por incremento de 4% na produção de outros países, havendo estímulo para um bom plantio naquele país, no próximo ano.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES

E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP-DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

O quadro ao lado aparecerá, rotineiramente, de agora em diante, atualizado a cada edição, com o que se atende oportunas sugestões de leitores.

VARIAÇÕES MENSAIS DE ALGUNS INDICADORES – (em %)

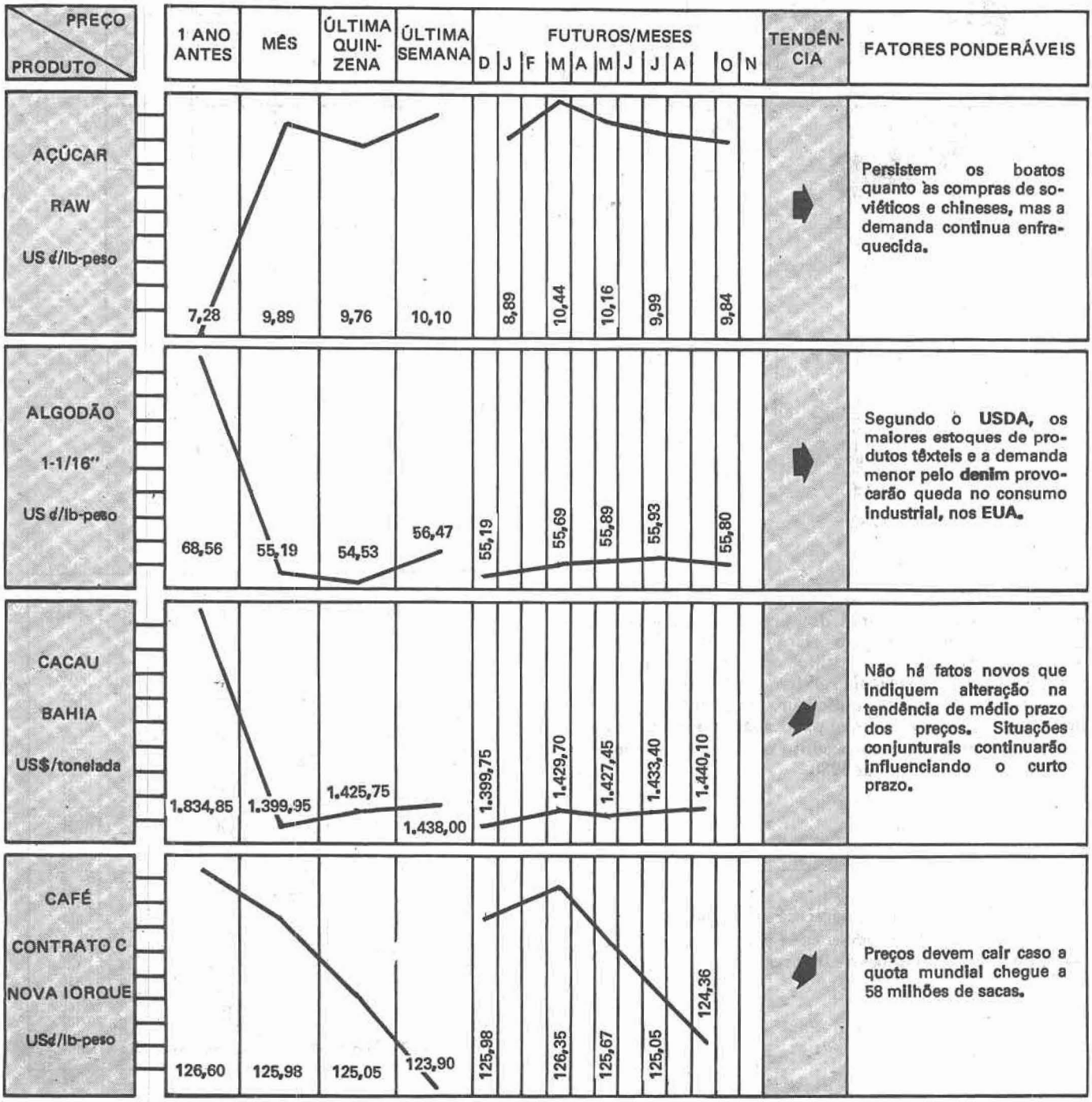
MÊS	IGP	OTN	Cz$/US$	IPR	IPP
Jul-86	0,638	0,000	0,000	3,547	3,019
Ago	1,328	0,000	0,000	3,379	2,783
Set	1,095	0,000	0,000	3,338	3,909
Out	1,384	0,000	0,939	1,302	3,067
Nov	2,453	0,000	0,981	3,168	3,106
Dez	7,563	0,000	3,112	9,497	3,954
Jan-87	12,037	0,000	7,920	7,362	3,783
Fev	14,106	0,000	15,531	2,693	6,496
Mar	14,997	70,686	15,825	4,335	11,567
Abr	20,080	14,515	12,658	11,571	25,402
Mai	27,583	20,960	29,844	23,069	18,384
Jun	25,872	23,442	28,127	18,507	26,026
Jul	9,332	18,021	13,930	9,811	11,179
Ago	4,498	3,051	4,887	12,184	9,879
Set	8,018	6,360	5,805	12,276	13,334
Out	11,148	5,681	7,101	11,064	10,846
Nov	14,464	9,180	11,014	11,728	10,699
Dez	15,928	12,840	13,817	13,607	11,539
Jan-88	19,103	14,140	15,077	11,620	11,764
Fev	17,645	16,511	16,980	14,704	15,357
Mar	18,163	17,961	17,940	19,367	18,027
Abr	20,332	16,010	17,839	19,056	18,395
Mai	19,500	19,280	19,317	17,893	21,007
Jun	20,840	17,780	20,640	25,748	22,598
Jul	21,538	19,530	18,764	26,839	21,819
Ago	22,895	24,040	24,098	22,134	27,634
Set	25,758	20,660	22,498	24,853	25,198
Out	27,584	24,010	25,480	31,494	20,437

Fonte: FGV/Ibre/Cea e Cep, CFP e Banco Central do Brasil.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de novembro*
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de novembro*
3 — Preço médio na última quinzena de novembro*
4 — Preço médio na última semana de novembro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro — primeira entrega



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	183,60	269,3	260,53	260,06	269,53			276,99			280,77	281,36		266,46				Bom movimento exportador sustenta as cotações.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	568,61	772,15	750,00	758,19		772,15		783,25		785,68		785,10	775,87	736,68		712,33		Não parecem existir motivos para as quedas das cotações, recentemente verificadas, continuarem. O clima na **Argentina** e no **Brasil** não vem sendo favorável ao plantio.
SOJA FARELO US$/tonelada	199,20	251,96	244,63	246,80	251,96	252,21		250,48		246,53		241,80	235,93	230,39	219,19			Não são mais esperadas compras da **China**, e se supõe que ainda haja grande disponibilidade na **Argentina**.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	292,67	417,92	415,97	420,56	417,92			424,32		406,24		380,79		385,22				O mercado se superaqueceu após a prorrogação do acordo **EUA-URSS**, pelo qual serão vendidas 4 milhões de t aos soviéticos. Há expectativa quanto a novas vendas sob o **EEP**.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de novembro de 1987, corrigido pelo IGP, para novembro de 1988
2 – Preço médio no mês de novembro
3 – Preço médio na última quinzena de novembro
4 – Preço médio na última semana de novembro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias.

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$/15 kg 1º futuro	15.478,04	11.000,00	11.000,00	11.000,00	→	A aprovação da propostade prorrogação do pagamento dos EGF deverá permitir comercialização mais ágil.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	9.579,51	9.615,79	10.100,00	10.600,00	→	O quadro ajustado de oferta e demanda de arroz **agulhinha** influencia o mercado de arroz **de sequeiro** durante a entressafra, favorecendo seu consumo. As cotações permanecem pressionadas pelo excesso de oferta, conjugado à lenta absorção pelo mercado.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	37.150,67	49.241,43	49.773,50	50.750,00	→	O mercado está **aquecido**, devido à redução da próxima safra.
BOI GORDO Cz$ /arroba	12.840,62	13.142,86	14.600,00	15.000,00	→	A oferta vem sendo afetada pela irregularidade das chuvas no **Centro-Sul.**

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	17.044,40	s/cot.	s/cot.	s/cot.	↓	A safra irrigada, que abasteceu recentemente o mercado, forneceu um produto de excelente qualidade. Com pouca disponibilidade de feijões de tipos inferiores, o mercado foi **nominal**. A colheita da safra **das águas** está atrasada.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	360,35	381,05	403,10	416,40	↓	Verificam-se, no momento, aumento sazonal da demanda, entressafra de milho e soja e elevação do preço do boi gordo.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	4.229,25	4.835,00	5.194,44	5.350,00	↓	Mercado influenciado pela entressafra e pela política de atualização real do preço mínimo.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	7.737,49	8.745,24	9.311,11	9.625,00	↓	As cotações evoluem pressionadas pela menor oferta (entressafra) e pela correção cambial.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

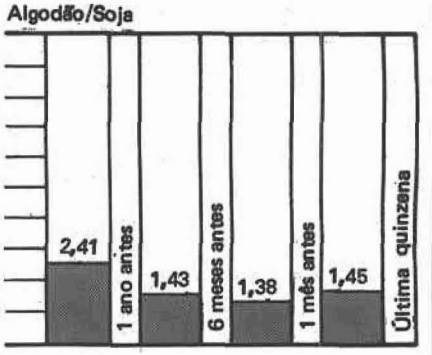
NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP-DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

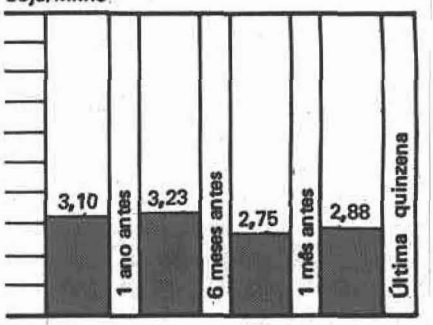
O preço da soja retraiu-se 5%, na quinzena, em cotejo com a média de um mês antes. A ausência de fatores fundamentais neste mercado, aliada ao enfraquecimento do movimento exportador, foi responsável por este fato, mantendo-se o novo preço relativo em patamar inferior ao de um ano antes.

Algodão/Soja



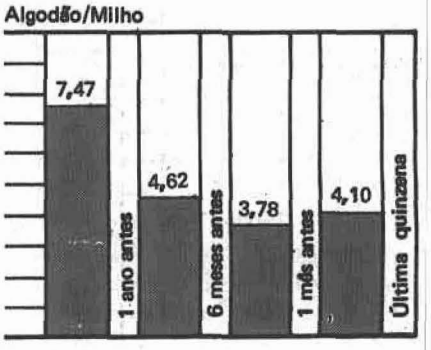
O anúncio da conclusão do Acordo **EUA-URSS** de fornecimento de grãos teve, durante a última quinzena, influência negativa sobre a cotação do milho, fazendo-a decrescer 10% frente a um mês antes. Aumentou, portanto, no período, o preço relativo **soja/milho**, aproximando-se do nível de um ano antes.

Soja/Milho



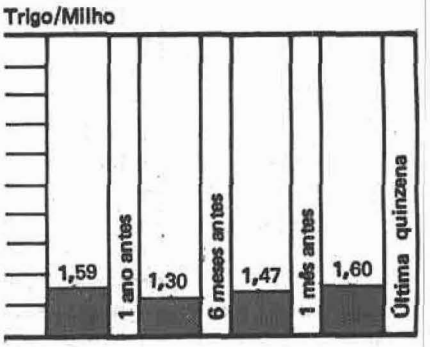
Na última quinzena, a variação positiva do preço relativo **algodão/milho**, em comparação com um mês antes, deveu-se exclusivamente à queda do preço do milho, pois o do algodão manteve-se estabilizado no período. O mercado da fibra vem sofrendo, tanto a influência altista dos estoques **apertados**, como o fator baixista representado pela fraqueza das importações do produto norte-americano.

Algodão/Milho



O preço do trigo, na última quinzena, desvalorizou-se 2% frente a um mês antes, devido à notícia do fechamento do acordo de fornecimento de grãos dos **EUA à URSS**, que determinou o repasse anual de, no mínimo, 4 milhões de t de trigo aos soviéticos. Em conseqüência, aumentou o preço relativo **trigo/milho** frente a um mês antes, praticamente igualando-se ao nível de um ano antes.

Trigo/Milho

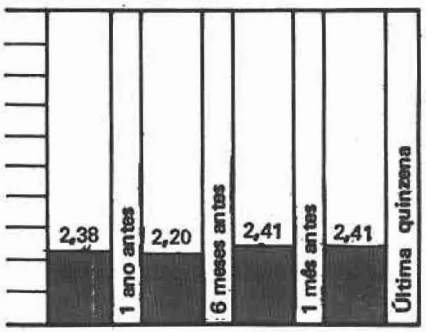


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: *Commodity Year Book*.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

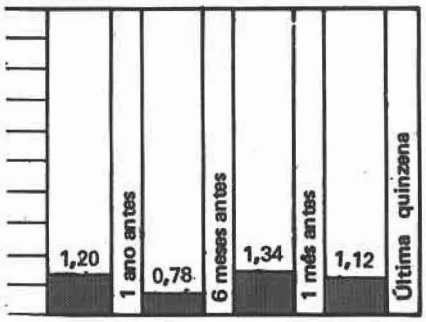
Na esteira da valorização de 46%, registrada no preço do boi gordo, o frango vivo aumentou em igual intensidade, na última quinzena, frente a um mês antes. O atraso da regularização do regime de chuvas no **Centro-Sul** é responsável pelos aumentos recentes da cotação da carne vermelha.

Boi Gordo/Frango Vivo



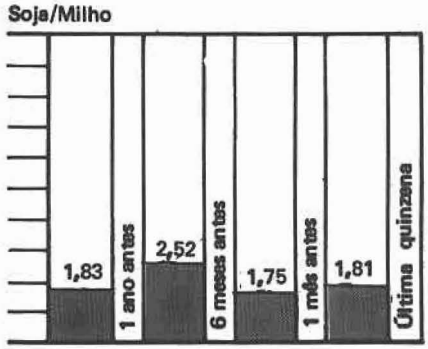
Face à maior demanda por parte dos criadores, em conseqüência da alta sazonal do consumo de carne avícola, o preço da ração para ave de corte aumentou, na quinzena, mais acentuadamente do que o do frango vivo. Por isto, diminuiu a lucratividade dos avicultores frente a um mês antes.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



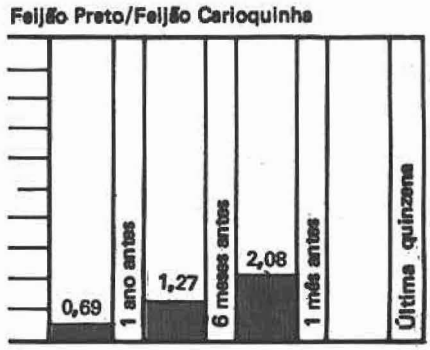
A elevação de 45% observada no preço da soja durante a última quinzena, ao suplantar o aumento de 41%, registrado no caso do milho, em comparação com um mês antes, fez aumentar o preço relativo no período. Ambos os grãos passam por período de entressafra, sendo que a soja vem sendo influenciada pelas vendas norte-americanas à **URSS.**

Soja/Milho



O mercado para tipos inferiores de **feijão-carioquinha** esteve **nominal** durante o mês de novembro, impossibilitando o cálculo do preço relativo da última quinzena. Entretanto, há tendência de decréscimo no preço relativo, tanto pela presença de **feijão-preto** argentino no mercado estabilizando os preços, como pela proximidade da oferta de produto novo, oriundo da safra **das águas.**

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

LAVOURAS – PRODUÇÃO NOS ANOS CIVIS DE 1983 A 1988

PRODUTO	PRODUÇÃO OBTIDA (t)					
	1983	1984	1985	1986	1987[1]	1988[1]
Abacaxi (2)	554.295	640.231	764.401	825.919	957.260	1.008.096[2]
Algodão arbóreo (em caroço)	77.329	270.615	188.645	116.103	60.499	103.504
Algodão herbáceo (em caroço)	1.521.061	1.889.359	2.667.923	2.198.027	1.611.994	2.325.754
Alho	58.438	43.699	45.896	61.939	75.732	56.595
Amendoim (em casca)	283.665	248.632	339.234	216.929	195.219	170.460
Arroz (em casca)	7.741.753	9.027.363	9.024.555	10.374.030	10.425.100	11.816.985
Aveia (em grão)	92.824	113.529	166.158	133.663	175.797	137.412
Banana (3)	437.744	470.815	481.503	505.159	514.456	514.638[3]
Batata-inglesa	1.826.579	2.171.133	1.946.659	1.835.975	2.342.586	2.303.869
Cacau (em amêndoa)	380.256	329.903	436.789	458.754	329.212	347.206
Café (em coco)	3.343.176	2.840.563	3.821.292	2.082.811	...	2.654.027
Cana-de-açúcar	216.036.958	222.317.847	247.199.474	239.178.319	268.584.836	276.592.760
Cebola	725.269	717.230	639.569	639.182	856.921	754.279
Centeio (em grão)	3.324	2.859	13.222	5.095	4.076	2.794
Cevada (em grão)	124.931	77.517	170.618	185.573	194.630	142.478
Coco-da-baía (2)	488.963	513.333	570.401	588.116	598.775	634.615[2]
Feijão (em grão)	1.580.546	2.625.676	2.548.738	2.209.188	2.006.055	2.930.972
Fumo (em folha)	392.578	413.598	410.474	386.827	397.845	454.111
Guaraná (semente)	815	1.101	1.223	1.371	1.582	1.591
Juta (fibra)	12.919	19.091	20.081	27.857	19.435	16.054
Laranja (2)	58.568.657	64.722.620	71.071.533	66.872.215	73.352.391	76.615.131[2]
Maçã (2)	767.700	1.278.863	1.443.245	1.779.017	1.668.377	2.119.482[2]
Malva (fibra)	48.363	53.749	42.261	35.288	46.141	53.279
Mamona	171.777	222.678	417.657	263.237	106.809	157.792
Mandioca	21.847.892	21.466.222	23.124.782	25.620.600	23.499.957	21.418.422
Milho (em grão)	18.731.216	21.164.138	22.018.180	20.530.960	26.786.647	24.714.182
Pimenta-do-reino	32.346	43.599	37.941	45.440	46.128	57.752
Rami (fibra)	9.583	9.625	10.004	7.000	15.500	18.000
Sisal ou Agave (fibra)	180.859	224.759	290.901	246.418	191.294	198.929
Soja (em grão)	14.582.347	15.540.792	18.278.585	13.330.225	16.978.832	18.060.002
Sorgo (em grão)	231.819	312.716	268.143	365.498	453.069	318.376
Tomate	1.550.778	1.817.574	1.934.610	1.846.305	2.043.177	2.260.905
Trigo (em grão)	2.236.700	1.983.157	4.320.267	5.689.680	6.099.111	5.479.781
Uva	577.480	603.172	712.182	594.845	557.414	762.138

FONTE – IBGE.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

[2] **mil frutos;**

[3] **mil cachos.**

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO,** cuja coordenação técnica é do **IBGE.** A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.

Excepcionalmente, publica-se, desta feita, a produção obtida entre os anos de 1983 e 1988.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Moacyr Antonio Fioravante
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro